



# HISPANIA NOVA

Revista de Historia Contemporánea

<http://hispanianova.rediris.es>

SEPARATA

Nº 6 - Año 2006

E-mail: [hispanianova@geo.uned.es](mailto:hispanianova@geo.uned.es)

© HISPANIANOVA

ISSN: 1138-7319 - Depósito legal: M-9472-1998

Se podrá disponer libremente de los artículos y otros materiales contenidos en la revista solamente en el caso de que se usen con propósito educativo o científico y siempre y cuando sean citados correctamente. Queda expresamente penado por la ley cualquier aprovechamiento comercial.

***Companhia das Lezírias – O passado e o presente***  
***Lezirías company – Past and present***

Isabel María MADALENO

(Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa)

[isabel-madaleno@netcabo.pt](mailto:isabel-madaleno@netcabo.pt)



HISPANIA NOVA

<http://hispanianova.rediris.es/>

■ Isabel Maria MADALENO: *Companhia das Lezírias – O passado e o presente*

#### RESUMEN:

La Compañía de las *Lezírias* fue fundada en 1836 por venta en hasta pública de las tierras de la Corona. Situada a las puertas de Lisboa, totalizaba inicialmente 48.000 hectáreas que se extendían entre los ríos Tajo e Sado. A lo largo del tiempo se ha reducido a menos de la mitad, por vía de venta de patrimonio que marcó los días difíciles de la Historia Económica Mundial (gran depresión, guerras mundiales, etc.), así como por los reveses climáticos, sísmicos y políticos en que fue fértil la Historia de Portugal. La empresa agrícola legó, todavía, una dinámica tecnológica e funcional innegable al país, adelantando al demás sector agrícola. Después de 138 años de existencia, la Compañía fue nacionalizada. En principios del milenio 3º urge reconocer su viabilidad económica y inhibir la urbanización, preservando su *sui generis* cariz dual, de santuario ecológico de aves migratorias y de espacio agrícola periurbano.

**Palabras clave:** Historia de empresa agrícola, siglos XIX-XXI.

#### ABSTRACT:

Lezírias Company was constituted in 1836 when the Portuguese Crown sold properties located at the capital city's gates, about 48,000 hectares spread between rivers Tejo and Sado. Time reduced property to less than half for global crisis such as the great depression and the world wars, as well as local climatic, seismic catastrophes and political turmoil led to extensive land transaction. Nevertheless, the enterprise led Portuguese agriculture throughout history, its functional and technological dynamic in animal and vegetable farming as in forestry being a legacy. After 138 years Lezírias Company was nationalized, hence returning to public ownership status. In the 3rd millennium it's vital to recognize the enterprise's economic sustainability and to prevent urbanization from spreading there, as it is imperative to preserve its dual quality of ecological sanctuary and periurban farming area.

Keywords: Farming enterprise economic history, 19<sup>th</sup>-21<sup>st</sup> Centuries

**RESUMO:**

A Companhia das Lezírias foi fundada em 1836 por venda em hasta pública das terras da Coroa. Situada às portas de Lisboa, totalizava inicialmente 48.000 hectares que se estendiam entre os rios Tejo e Sado. Ao longo do tempo reduziu-se a menos de metade, por via da alienação de património fundiário que marcou os dias difíceis da História Económica Mundial (grande depressão, guerras mundiais, etc.), assim como pelos revezes climáticos, sísmicos e políticos em que foi fértil a História de Portugal. A empresa agrícola legou, porém, uma dinâmica tecnológica e funcional inegável ao país, adiantando-se ao resto da lavoura. Após 138 anos de existência, a Companhia voltou às mãos do Estado Português. Nos primórdios do 3º milénio urge reconhecer sua viabilidade económica e vedá-la à urbanização, preservando seu *sui generis* cariz dual, de santuário ecológico de aves migratórias e espaço agrícola periurbano.

**Palavras-Chave:** História de empresa agrícola, séc. XIX-XXI

## COMPANHIA DAS LEZÍRIAS – O PASSADO E O PRESENTE

Isabel Maria MADALENO

Instituto de Investigação Científica Tropical

[Isabel-madaleno@netcabo.pt](mailto:Isabel-madaleno@netcabo.pt)

### **1. Introdução**

A Geografia tem por objecto o conhecimento da relação existente entre os fenómenos naturais e humanos, estabelecida em dado território, ao longo do tempo. O contributo da Geografia para o conhecimento científico deriva precisamente da sua posição intermédia, quase mediadora, entre a natureza e a sociedade. As lezírias são porções de sedimentos fluviais que emergem pouco acima do nível médio das águas do mar e cuja fertilidade as elege como as preferidas tanto pelos homens como pelas aves migratórias. Nessa medida, o estudo da evolução da Companhia das Lezírias respeita à Geografia mas compete igualmente à História, porquanto apesar de incidir sobre uma pequena área rural do país, reflecte no tempo e nos modos a História de Portugal e nos ritmos de crescimento, a História Económica Mundial.

O território abrangido pela empresa agrícola de exploração das terras baixas do Rio Tejo variou em extensão ao longo de 170 anos de vida económica activa, mas manteve sempre a um tempo a ruralidade e o carácter periurbano. Os espaços rurais situados na orla das cidades são atormentados pelas pressões económicas exercidas em nome da rentabilidade, dada a proximidade geográfica dos centros de decisão política e financeira; são laboratórios vivos de lutas sociais e de crises ambientais; são espaços em conflito consigo mesmos e com a identidade rural (Allen e Lacabana, 2003). Se o futuro dos espaços rurais europeus é actualmente incerto, por serem lugares de desertificação humana votados ao desprezo pelo planeamento regional, já que se tornou possível produzir muito com poucos numa agricultura tecnologicamente avançada, então que porvir se pode alvirar para um latifúndio localizado a 30 Km da capital de Portugal, numa área de nidificação de aves migratórias, paraíso ecológico rodeado por núcleos urbanos em rápida expansão e corredores aéreos, ferroviários e rodoviários? Foi a resposta a esta questão que buscámos no passado a fim de melhor compreendermos o presente.

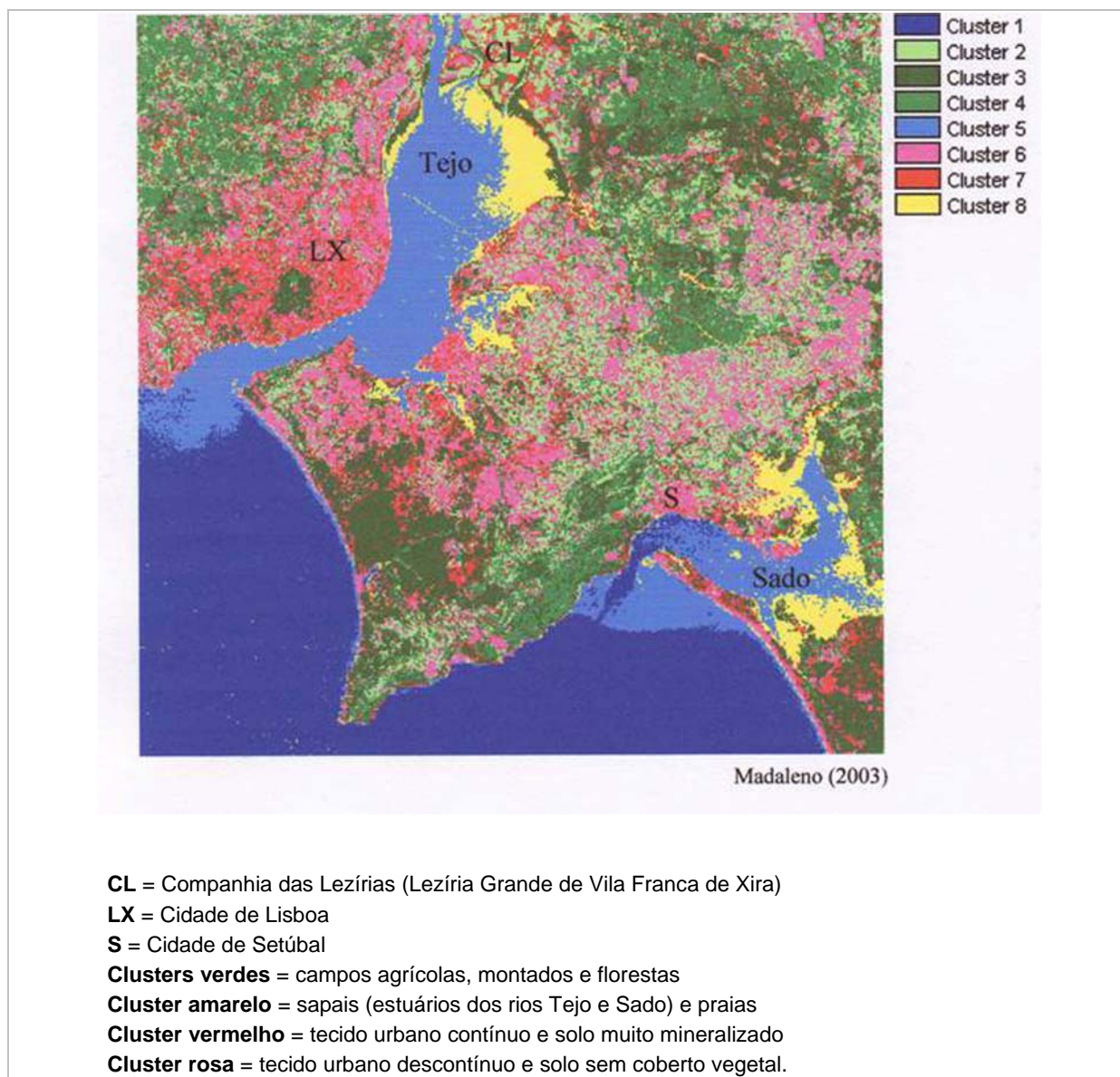
Entre 2002 e 2005 entrevistámos sucessivas administrações, empregados e técnicos da Companhia das Lezírias. Fizemos numerosas visitas exploratórias à Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, com equipa pluridisciplinar internacional (observe-se a sua localização na Fig. 1). O projecto iniciou-se como um estudo comparativo das políticas públicas de promoção da agricultura nas áreas metropolitanas de Lisboa e de Santiago do Chile, financiado pelo Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES), de Portugal e pela Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT), do Chile (Madaleno and Gurovich, 2004; Madaleno y Armijo, 2004). Terminado aquele projecto, ao longo do ano de 2005 adicionei às pesquisas anteriores a análise detalhada que fiz pessoalmente de todos os documentos entregues pela Companhia das Lezírias aos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa.

As laudas que se seguem representam uma resenha daquelas observações directas, dos longos relatórios descritivos e ilustrados, das análises comparativas com a periferia de Santiago do Chile, das sínteses publicadas em revistas de referência e capítulos de livros ainda no prelo. São reflexões histórico-geográficas que mau grado respeitarem a uma porção ínfima da Europa espelham a evolução das mentalidades no Velho Continente, e as mudanças registadas na vida económica, social e política portuguesa. Repercutem ainda, naquele espaço, os benefícios e os prejuízos da expansão da grande metrópole de Lisboa nos últimos dois séculos, aquilatando a emergência da ecologia e do desenvolvimento sustentado na contemporaneidade.

## **2. História das Lezírias do Tejo**

As lezírias do Ribatejo iniciam-se no município de Salvaterra de Magos e prolongam-se por Vila Franca de Xira até ao Mar da Palha, ou seja, até à parte mais larga do estuário do rio Tejo. Os terrenos são fecundados pelos aluviões trazidos pelo rio e levados pelas marés oceânicas, sendo muitas as ilhas fluviais e os solos localizados entre rios com altitudes inferiores a 5 metros abrangidos pela designação de lezíria. Não surpreende ninguém que a elevada fertilidade reconhecida a estes terrenos planos cedo tivesse atraído as atenções dos que tinham por mor mister governar o pequeno país, sendo claro que desde os primórdios da nacionalidade *“quando D. Afonso Henriques tomara Santarém aos Mouros, partira as terras como tivera por bem, reservando para si a lezíria de Alcoelha, bem como todas as outras”*. Exceptuava-se a lezíria da Valada que, segundo o cronista Gama Barros, pertencia ao concelho de Lisboa, *“sendo anualmente distribuída entre os pobres que dela arrancavam o seu sustento”*. (Castro, 1971, p. 726).

**Fig. 1 - A Área Metropolitana de Lisboa (Imagem Landsat 2000)**



Boa parte das lezírias será cedida à ordem do Templo, a partir do século XII, ou a outras ordens menores como o Mosteiro de Santos-o-Novo, na Azambuja. O esforço integrador de D. Dinis e, no geral, a protecção que este soberano dispensou à actividade agrícola redundarão no retorno ao estatuto de reguengos, por troca ou imposição, de muitas das terras baixas do Tejo, mormente os mouchões (ilhas). O rei “lavrador” despende avultadas somas na defesa contra as cheias e incentiva o cultivo das lezírias, concedendo mesmo isenção do serviço militar a alguns cultivadores e de pagamento de certos tributos, prerrogativas continuadas por seu filho D. Afonso IV. Nas centúrias seguintes pouco ou nada se conhece sobre as terras do médio e baixo Tejo que voltam a ser notícia no século XVII. Em 1654, quando D. João IV criou a Casa do Infantado, organismo controlado pelos segundos filhos dos monarcas, foram transferidas muitas das melhores propriedades da coroa para os infantes, como adiante se verá, e ainda as que faziam então parte do priorado do Crato. O Paul da Trava, na Chamusca, foi doado à Casa da Rainha (Castro, 1971; Serrão, 1980).



O mais antigo documento referente às lezírias do Tejo e constante da quantiosa documentação da Companhia arquivada na Torre do Tombo, em Lisboa, data de 1744 e intitula-se “*Decretos sobre a arrecadação da fabrica das Lizirias*”. Da sua leitura se infere que as terras agrícolas do rei D. João V na bacia do Tejo compreendiam propriedades sitas na Valada, Alpeca, Barrocas da Redinha, Azambuja, Salvaterra, Benavente (Legislação sobre as Lezírias, 1744). O decreto visava repartir melhor as terras aráveis e regular a produção, a tributação, a arrecadação do “pão” (trigo) ou proventos obtidos com o seu cultivo, no intuito de evitar maiores prejuízos à Fazenda e aos lavradores, sob pena de se executarem em pessoas e bens as normas constantes do chamado Regimento Novo de 3/10/1696 (D. Pedro II). No mesmo sentido será exarado corpo legislativo posterior, nomeadamente um decreto do rei D. José I, sob proposta do Conde de Oeiras (mais tarde Marquês de Pombal), resultante de idênticas queixas de inobservância de regulamentos e má administração do rendimento do produto das fábricas das Lezírias (Legislação sobre as Lezírias, 1765)

Após as invasões francesas o estado da agricultura portuguesa era tão deplorável, os estragos provocados pela guerra haviam sido tantos, o abandono das terras era tão evidente, que em 1815 o Príncipe Regente D. João mandou lavrar alvará com força de lei, no Rio de Janeiro, que determinava:

I) A isenção de “Direitos, Imposições e Dízimos” por 10 anos, aos vassallos que rompessem charnecas e baldios incultos de todas as províncias do reino, à excepção da do Minho por estar bem cultivada;

II) Por 20 anos, aos que abrissem pauis junto ao Tejo, e em toda a Estremadura;

III) Por 30 anos, aos que arroteassem terras de maré como sapais, areais, em todos os rios e costas.

Estas disposições eram, portanto, particularmente benéficas para aqueles que se ocupassem da lavoura no Baixo Tejo e Sado (Legislação sobre as Lezírias, 1815).

Desde 1813, há notícia de que a coroa portuguesa estaria interessada em vender as terras das lezírias do Tejo e Sado, alegadamente para as “*livrar do abandono em que (as) deixavam os lavradores, ficando as terras expostas às marés e sem defesa contra inundações, que da incúria da Junta Administrativa da “Fabrica” resultava, por não lhe serem feitos os convenientes valados e as abrições para cultura apropriada dos campos*” (Companhia das Lezírias 1912<sup>b</sup>), p. 2). As pré-condições necessárias ao sucesso de tal empresa estarão reunidas apenas na década de 1830. A 18 de Julho de 1834 é decretada a venda dos Bens Nacionais que “*punha em hasta pública os bens de mão morta acumulados sob o regime feudal<sup>1</sup> - conventos, capelas, comendadorias, bens da coroa, da Patriarcal, da Casa das Rainhas e do Infantado.*” (Companhia das Lezírias, 1994)

---

<sup>1</sup> Esta normativa tornou-se de eficaz aplicação prática a partir do ano 1820 e, em especial, com Mouzinho da Silveira (1832), com a integração nos Próprios Nacionais da maioria dos bens de raiz eclesiásticos. Com efeito, os clérigos e corporações religiosas herdavam com alguma frequência bens fundiários de seus professos. Data de 1211 (Cortes de Coimbra) a primeira lei de desamortização e seguiu-se numerosa legislação desamortizadora (D. Dinis, D. Afonso V, D. Manuel, Filipe II) cuja aplicação raramente fora rigorosa, até ao século XIX. In Serrão, J. *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, 1971, pp. 801-802. Acresce, ainda, e como causa próxima (30/05/1834), a extinção das ordens religiosas masculinas e nacionalização dos seus bens. Esta medida foi da



A documentação referente à constituição da Companhia é de gratificante leitura, sendo mui elucidativa a sequência da legislação arquivada disponível (decretos de Sua Majestade a rainha D. Maria II), das avaliações (da Comissão Interina da Junta de Crédito Público), condições de venda (da Coroa) e de compra (dos sócios que constituem a Companhia) até culminar, a 25 de Junho de 1836, com a arrematação final em favor de “*uma companhia que as (terras das lezírias do Tejo e Sado) pretende comprar*”, nos termos do Real Decreto assinado no Palácio das Necessidades, em Lisboa (Legislação sobre as Lezírias, 1836<sup>a</sup>, 1836<sup>b</sup>, 1836<sup>c</sup>).

Começemos pelo princípio: Descapitalizada após as invasões francesas (1807-1811); pela fuga da Corte para o Brasil (1807-1821); pela perda da soberania sobre o Brasil (1822); depois pelas guerras fratricidas entre D. Pedro e D. Miguel (1828-1834); a braços com um déficit recorrente; a Coroa portuguesa e o governo de Sua Majestade a rainha D. Maria II dispuseram-se, entre outros bens nacionais, a vender o património fundiário das lezírias, celeiro de Portugal. Nessa conformidade a Comissão Interina de Crédito Público, encarregue da venda dos bens em hasta pública, manda proceder à avaliação detalhada das terras pertencentes aos seguintes Almojarifados:

1. Da Coroa (Alcoelha, Malveira, Benavente, Azambuja, Barrocas da Redinha, Paul d’Asseca, Salvaterra de Magos);
2. Almojarifados do extinto Infantado (Povos, Castanheira, Valada, Paul de Magos, Montalvo, Toes de Cima, Pêra, Comporta);
3. Almojarifados da Casa da Rainha (Chamusca);
4. Almojarifados da extinta Patriarcal (Povos, Vila Franca, Azambuja);
5. Bens diversos (Lezirão do Desembargador, Mouchão de Esfolá-Vacas, Campo do Quadro, Capela de Constança Annes Palhavã; Mouchão da Casa, Lezíria do Patriarca; Terras do Balcinho);
6. Almojarifados que se achavam na administração de Sua Majestade (Quinta da Murteira, Samora, Belmonte).

Ao todo redigiram-se 63 listas, até se acordar na ordenação correcta e no inventário final de propriedades e sua renda (28/05/1836). Entendeu-se levar os diversos lotes à praça numa só vez, numa clara tentativa de evitar o fraccionamento e de manter a identidade destas terras baixas e mui produtivas (Avaliação das Lezírias, 1836<sup>a</sup>).

Já em 1835 houvera notícia da instituição de uma Companhia a fim de arrematar conjuntamente as terras em apreço, denominadas na proposta de compra – Lezírias Nacionais do Tejo e Comporta. A direcção única, nas pessoas do Conde do Farrobo, do Visconde das Picoas, de José Bento de Araújo, José Xavier Mouzinho da Silveira e José Pereira Palha, aparece citada em documento de 3 de Novembro de 1835. No manuscrito, decreto real assinado pela Rainha, pelo Marquês de Saldanha e pelo Duque de Palmela, pode ler-se o seguinte:

---

responsabilidade do regente D. Pedro (imperador do Brasil) e do ministro Joaquim António de Aguiar, que ficará conhecido por “mata-frades”. In Rodrigues, A.S. et al. *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

*“Achando-se instituída (...) uma Companhia a fim de comprar as Lezírias Nacionais do Tejo e Comporta; havendo-se verificado que uma única direcção, tendo a duplicada vantagem de dividir os fundos por meio de Acções, e de poder, debaixo de um plano geral, determinar as obras necessárias e úteis à conservação e melhoramento daquele espaçoso e fecundo terreno, afiança transcendentos resultados de utilidade pública e particular; considerando a necessidade de prover sem demora sobre a representação da mencionada Companhia, que não deve sofrer longo empate do capital desde já oferecido em pagamento; e atendendo por outra parte a que não deve perder-se a oportunidade de realizar um Contrato, que ao passo de ocorrer às necessidades do Estado, cria novos e multiplicados interesses, aumenta o Crédito público, e assegura enfim os mais consideráveis benefícios, assim a importantes ramos da agricultura, como à navegação do Tejo e ao comércio interno: Hei por bem determinar o seguinte:*

*Art. 1º A Comissão Interina da Junta de Crédito Público aceitará o lanço de 2 mil contos de reis em metal, que a Companhia instituída pelo Conde do Farrobo, Visconde das Picoas, José Bento de Araújo, José Xavier Mouzinho da Silveira, e José Pereira Palha oferece (...) pela compra das Lezírias constantes das relações, e mapa, que acompanham o presente Decreto.*

*Art. 2º Com o referido lanço de 2 mil contos de reis em metal, a Comissão Interina da Junta de Crédito Público, abrirá a Praça de 30 dias, fazendo afixar Editais nesta Capital, e nas cabeças dos respectivos Julgados, para no fim desse prazo se arrematar por junto as sobreditas propriedades a quem mais der.” (...) (Avaliação das Lezírias, 1835).*

A cifra apurada para os bens fundiários que iriam a hasta pública totalizava 1:694:571\$354 reis, aos quais se deveria juntar o valor das rendas cobradas anualmente. A proposta previa a emissão de 5.000 acções, com valor nominal de 500\$000 (quinhentos mil reis) cada uma, dos quais 500 contos se reservariam para obras. Infelizmente, a Companhia de nobres senhores e capitalistas do reino não se revelou capaz de pagar os 2 mil contos de reis em metal, como pretendiam Sua Majestade e seu governo (Companhia Nacional das Lezírias do Tejo e Comporta, 1835).

A 16 de Março de 1836 a rainha manda lavrar Carta de Lei sobre as pertenças da Coroa nas terras de Riba Tejo e Sado:

*“Dona Maria, por Graça de Deus, Rainha de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além mar, em África Senhora da Guiné e da conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia. Fazemos saber a todos os nossos súbditos que as Cortes Gerais detectaram e nós queremos a Lei seguinte:*

*Artigo 1º O governo poderá vender a dinheiro de contado, para satisfazer as despesas correntes do Tesouro, as Lezírias do Tejo, e as do Sado, conjunta, ou separadamente, e suas pertenças (...)*

*(...)*

*Artigo 3º O governo fica autorizado para transferir à Companhia que comprar as Lezírias, e enquanto o Tejo não estiver encanado, o direito, que o governo tem a receber o imposto denominado – Fabrica – obrigando-se a Companhia aos mesmos encargos, que tinha o governo relativamente às obras do Tejo e Valas.*

*Artigo 4ª O governo fica autorizado a emitir obrigações do Tesouro Público até à quantia de dois mil contos de reis (...)* “(Legislação sobre as Lezírias, 1836<sup>a</sup>)

A 13 de Maio de 1836 aparece nova proposta, desta feita assinada por Domingos José de Almeida Lima, que anuncia as bases de estabelecimento duma Empresa Social de Compra das Lezírias do Tejo e Sado. Continha treze artigos que estipulavam o mesmo valor para cada acção da companhia, quinhentos mil reis, podendo os subscritores entrar com uma acção apenas (contra o plafond mínimo de 10 acções da proposta anterior), até limite indeterminado. Deveriam ser pagas em metal e papel moeda até 50% (à vista) e o restante em letras de 12 a 24 meses. Pelo pagamento da totalidade o subscritor teria desconto de 5% (depois alterado para 7,5%) e só pagaria 80% do valor nominal. As acções, isentas de sisa, ficariam negociáveis 10 anos a contar do primeiro de Janeiro de 1837 (Almeida Lima, 1836).

Sua Majestade responde logo a 25 de Maio, de onde se depreende a urgência desta transacção para o seu governo, mandando “*que a arrematação fique transferida para o dia 15 de Junho de 1836*”. A 28 de Maio a Comissão Interina da Junta de Crédito Público manda publicar a lista final de avaliação das Lezírias que serão arrematadas, e as propriedades aparecem muito detalhadas, valendo 2:210:431\$307 reis, bem mais do que anteriormente havia sido calculado (vide quadro 1). Note-se que à Casa do Infantado pertenciam cerca de 14.000 hectares da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, uma das fracções mais férteis e rentáveis das terras das lezírias do Tejo e Sado, a qual constituirá até aos dias de hoje o núcleo histórico e centro geográfico da companhia agrícola.

Abrimos aqui um parêntesis para dilucidar que de acordo com o documento histórico “Constituição da Companhia. Compra de acções – 1836” (15 de Outubro), a mesma contava inicialmente com 325 sócios, sendo as acções nominais ou estando registadas em nome de firmas (sete). O maior accionista era o Banco de Lisboa – com 570 acções, 285:000\$000 – tendo ficado a forma de pagamento estipulada em portarias de 17 de Novembro, 2 e 29 de Dezembro de 1836. O senhor José Bento de Araújo, com 300 acções, das quais pagou metade, como ficara assentado, era o maior accionista nominal e mantinha-se da primeira proposta, a Companhia das Lezírias Nacionais do Tejo e Comporta. O Visconde das Picoas, que também constava da proposta da primitiva companhia, aparece aqui com um registo de 230 acções, correspondentes a 115:000\$000 de reis.

Domingos José de Almeida Lima, homem de leis com escritório no Largo do Caldas, n.º55, virá juntar-se a José Bento Araújo na Empresa Social da Compra das Lezírias do Tejo e Sado, e será a partir de 13 de Maio de 1836 o representante da companhia junto ao governo de Sua Majestade, de que era o terceiro maior accionista individual. Com efeito, ele será nomeado presidente interino da assembleia-geral da Companhia e será procurador dos 50 maiores accionistas para os efeitos legais de constituição da companhia e compra das terras das lezírias; comprou comprovadamente 190 acções em seu nome (95 mil reis) e mais 50 em nome de um seu amigo, que não identifica. Ao todo, 278 cavalheiros e 40 senhoras possuíam acções em seu nome, ou eram tutores de menores proprietários, sendo módico o património das damas.

**Quadro 1 – Avaliação das terras das Lezírias – 1836**

<b>ALMOXARIFADOS</b>	<b>AVALIAÇÕES</b>
<b>BENS DA COROA</b>	<b>634:899\$915</b>
Alcoelha	171:504\$647
Malveira	304:973\$623
Benavente	82:701\$865
Azambuja	69:921\$320
Barrocas da Redinha e Paul d'Asseca	592\$000
Salvaterra de Magos	5:206\$460
<b>CASA DO INFANTADO</b>	<b>645:396\$392</b>
Povos e Castanheira	159:832\$002
Valada	110:865\$340
Paul de Magos	139:804\$450
Toes de Cima	222:615\$400
Pera e Comporta	12:279\$200
<b>CASA DA RAINHA</b>	<b>189:620\$000</b>
Chamusca	189:620\$000
<b>PATRIARCAL</b>	<b>298:157\$539</b>
Vila Franca de Xira	298:157\$539
<b>SOB A ADMINISTRAÇÃO DE S. MAJESTADE</b>	<b>262:245\$000</b>
Quinta da Murteira	21:285\$400
Samora e Belmonte	240:959\$600
<b>BENS DIVERSOS</b>	<b>180:112\$461</b>
Lezirão do Desembargador	3:082\$680
Mouchão de Esfola Vacas	27:615\$552
Campo do Quadro	27:413\$340
Capela de Constança Annes	1:630\$222
Lezíria do Patriarca	98:954\$667
Mouchão da Casa	21:416\$000
<b>LEZÍRIAS DO TEJO E SADO</b>	<b>2:210:431\$307</b>

A adjudicação ultimada em meados de 1836 autorizava a entrega das terras da Companhia, na pessoa do senhor Almeida Lima, como bastante procurador dos accionistas, e nas condições de pagamento por eles proposta – metade dos 2 000 contos de reis pagos até finais de Julho, sendo o restante amortizado em letras de doze a vinte e quatro meses. Não foi possível, contudo, entregar atempadamente a soma de mil contos de reis em metal, já que o maior accionista nominal, a título de exemplo, procedeu a pagamentos a 20 de Julho e a 21 de Setembro (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1836). Por outro lado esta proposta de compra não superou em nada a primeira, tudo levando a supor que não havia dinheiro na praça.

Face ao exposto, não admira que muitos historiadores e homens públicos da época tenham denunciado muito justamente este negócio, pois além de pago tarde e a más horas, não foi totalmente efectuado em dinheiro, como decretara a rainha bastas vezes ao longo do processo de negociação, e era obviamente necessário para o equilíbrio das finanças públicas portuguesas<sup>2</sup>. Como se não bastasse, e apesar dos longos e pormenorizados inventários mandados elaborar pela Comissão Interina da Junta de Crédito Público, foram vendidos conjuntamente objectos que pertenciam particularmente a Sua Majestade, razão pela qual os sócios da Companhia entenderam oferecer-lhe como compensação um total de 20 acções (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1836).

A densa e extensa documentação da época revela-nos a grandeza dos bens arrematados. Um alqueire de trigo custava na época 573\$000; o milho tinha o preço de 280\$000 o alqueire; a cevada 160\$000. Nessa medida, cada acção da Companhia tinha valor nominal (500\$000) inferior a um alqueire de trigo, valia menos que dois alqueires de milho e um pouco mais do que 3 alqueires de cevada. O rendimento total das lezírias no ano da sua compra pela Companhia foi de 107:142\$001 (Avaliação das Lezírias, 1836<sup>b</sup>).

### **3. Companhia das Lezírias do Tejo e Sado – Da Monarquia à 1ª República**

A Companhia das Lezírias do Tejo e Sado tinha uma administração geral composta por uma direcção de cinco membros, dentre os quais se nomeara primeiro presidente José Bento de Araújo, uma assembleia geral composta pelos 100 maiores accionistas, presidida por Domingos José de Almeida Lima e a Comissão de Exame às Propriedades, encarregue de examinar o estado das terras de lavoura, fazer o orçamento de obras e benfeitorias necessárias, propor melhoramentos, etc. O objectivo principal da criação da companhia foi o do aproveitamento económico das terras marginais do rio Tejo e, em menor escala, do rio Sado. O artigo 2º dos Estatutos, aprovado por decreto de 16 de dezembro de 1836, dizia expressamente: “(...) *tirar o maior proveito possível das suas propriedades, ou seja,*

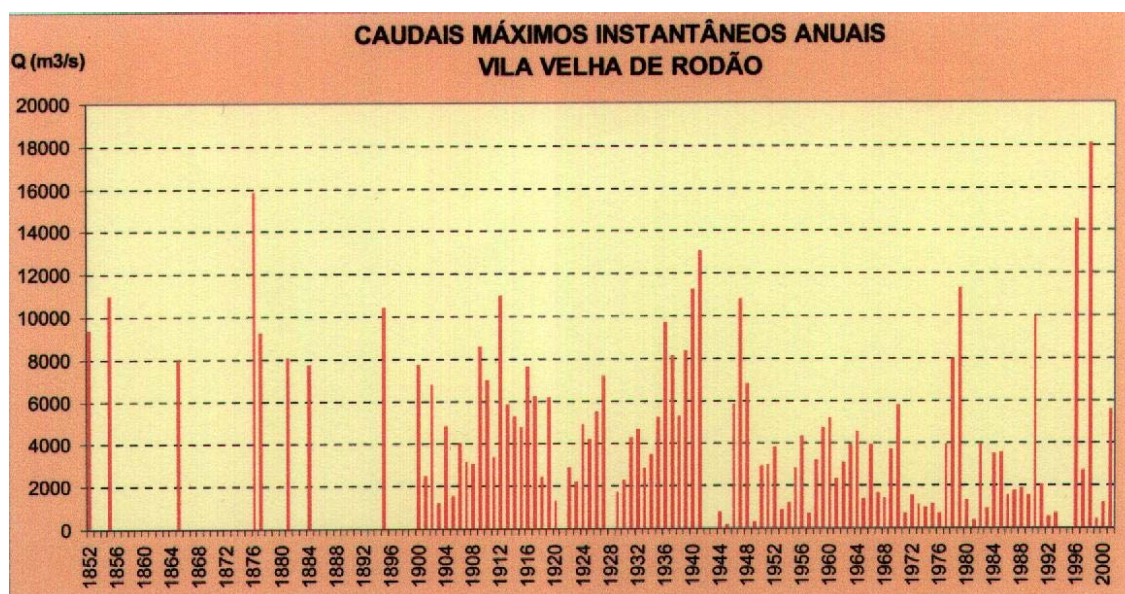
---

<sup>2</sup> A própria rainha D. Maria II (filha de D. Pedro I do Brasil) autorizara, em Portaria de 27 de Junho de 1836, que o pagamento das acções fosse feito “*metade em dinheiro de metal, ou Escritos do Tesouro, a vencer até Dezembro do presente ano (...)*” (Legislação sobre as Lezírias, 1836<sup>c</sup>). Este tipo de negócios serão apodados, mais tarde, pelo ilustre historiador Oliveira Martins de “pagamentos com papelada”, que empobreceram a Coroa e o Estado português em património fundiário sem que existissem contrapartidas financeiras claras (Castro, 1971).



*agricultando por sua conta própria ou pelos seus rendeiros, foreiros ou parceiros e bem assim a fundação daqueles estabelecimentos rurais que se julgarem convenientes*” (Companhia das Lezírias, 1994). Frisamos que por as lezírias carecerem então de obras, ficava a Companhia onerada com o encargo das “*vallagens e abrições*”, para defesa das suas propriedades e das alheias, sob compromisso contratual bilateral com a Coroa Portuguesa de arrecadação do antigo imposto de “*Fabrica*” sobre as suas propriedades e sobre as terras dos proprietários confinantes (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado 1912<sup>b</sup>, p. 3).

**Fig. 2 – Rio Tejo**



Rodrigues et al. (2004)

A Companhia das Lezírias totalizava 48.000 hectares e dada a extensão da mesma foram criadas 5 administrações com sede, respectivamente: em Vila Franca de Xira; em Samora Correia; Valada; na Golegã e Comporta. A leitura dos deteriorados Livros de Actas das Sessões da Direcção da Companhia dá-nos algumas pistas sobre o quotidiano da gestão, plena de problemas com rendas e rendeiros, mas também de registos de venda a accionistas ou a terceiros de produções como o trigo, que em 1840 já era vendido a 670 reis o alqueire<sup>3</sup>. Um dos problemas carecente de solução e recorrentemente citado decorria dos estragos causados à Companhia pela incúria de alguns proprietários vizinhos, dentre os quais o Marquês de Ponte de Lima que, instado a reparar o Valado de Corte de Lobos de

<sup>3</sup> Uma curiosidade: embora a lezíria da Valada, como unidade geográfica, tivesse deixado de pertencer ao povo de Lisboa, há nas actas de 1841 referência às terras do Alqueidão que pertenceriam à Câmara Municipal de Lisboa e sequer haviam sido integradas na Companhia, aquando da venda em hasta pública.

que era proprietário, e que confinava com as terras da Companhia, não acatava a solicitação colocando assim em risco terras lavradas, em época de inundações (Direcção da Companhia, 1840-41). Tais problemas derivavam expressamente da inexistência dos meios de cobrar o citado imposto da “Fabrica” que o Estado concedera à Companhia aquando da sua constituição, orçado em cerca de 10 contos de reis por ano, e que jamais recebeu. As relações com a Coroa serão contudo, nos anos vindouros, bastante boas, em especial com a rainha D. Maria Pia que, aquando das inundações de 1876, ajudou pessoalmente a companhia (vide gráfico da Fig. 2). A magnitude histórica dessas cheias só será “ultrapassada recentemente nos trágicos episódios de Novembro de 1997, que originaram a morte de 11 pessoas em Portugal e 22 na Extremadura espanhola” (Rodrigues et al. 2004, p. 3).

Não fique o leitor convencido de parca produtividade das terras das lezírias, pois salvo algumas catástrofes naturais que em devido tempo assinalaremos, o espaço geográfico em apreço teve sempre elevado valor fundiário e bom rendimento agro-pecuário e florestal. Por via da salutar gestão ideada aquando da sua constituição, a Companhia das Lezírias cedo introduziu a mecanização nos campos, melhorada na década de 1880 com uma debulhadora a vapor e ceifadores mecânicos. A partir de 1883 fazem-se furos artesianos, inicia-se o negócio da cortiça e melhora-se o dos pinheiros, destinados na época à obtenção de madeira para as traves das linhas de caminho de ferro. Na Torre do Tombo há diversos trabalhos manuscritos sobre pinhais, de que destacamos um de autoria de Barros Gomes e Luiz de Sommer, que avaliaram só para as matas de *Pinus Pinea* (pinheiro manso) e, em menor grau, de *Pinus Pinaster* (pinheiro bravo) da Companhia, um rendimento líquido anual de 4:420\$000 reis, entre 1877 e 1886. Os pinhais localizavam-se então nas terras firmes de Samora Correia e cobriam cerca de 3.000 hectares (vide mapa da Fig. 3). Um outro estudo de Carlos Augusto de Sousa Pimentel (1887) recomendava se apostasse mais no pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e menos no manso (atacado por cogumelos), por aquele ser mais alto, resistente à nortada, de crescimento mais rápido, fácil de semear em solos arenosos e melhor adaptado à humidade dos córregos e rios entre os quais se estendia, de modo algo desordenado. Outra característica dos pinhais da década de 80 do século XIX era a de que se encontravam associados a sobreiros (*Quercus suber*), uma associação desaconselhada pelos silvicultores que recomendavam o corte do pinho e conversão em sobral puro (Estudos sobre as Lezírias, 1837-1928).

Do balanço aprovado em Assembleia Geral de 1892 constavam 48:876\$790 reis gastos no melhoramento de montados e 30:044\$805 na rubrica “reparação de cortiça”, o que correspondia a cerca de 27 % das despesas. Só o esgotamento de pântanos no Paul da Comporta (a sul de Setúbal) superava os custos com o *Quercus suber*, já que totalizavam 83.000\$000 reis (Comissão de Avaliação 1892). Em 1895 semeou-se o montado do Poceirão, que 26 anos depois teve a sua primeira tirada de cortiça. Foram investimentos avultados não imediatistas, porquanto feitos a pensar no futuro da Companhia. Não surpreende, assim, que em 1907 houvesse inversão nas superfícies de Pinhal e de Montado, apesar de ainda persistir a charneca mista (quadro 2).



**Quadro 2 – Florestas e Matas da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado –1907**

<b>OCUPAÇÃO DO SOLO</b>	<b>SUPERFÍCIE EM HECTARES</b>
Pinhal	1.865,79
Montados	3.219,34
Chaparral	293,05
Clareiras	91,88
Charnechas de sobreiro e pinheiro	830,88
Charneca	10.461,52
Totais de coberto florestal e de matas	16.762,46

Fonte: Estudos sobre as Lezírias (1837-1928)

Data também de finais do século XIX o cultivo da vinha e reinicia-se a actividade piscatória, após o seu abandono por 24 anos. Retomando o ano de 1883 (reinado de D. Luiz) assinalamos a vulgarização do Crédito Agrícola<sup>4</sup>, destinado aos rendeiros da Companhia, e cujos primeiros ensaios datavam já de 1846. Apresenta-se ainda um projecto de irrigação e colmatagem. No ano 1884 é fundada, em Portugal, a primeira fábrica de adubos químicos, que será sediada na Póvoa de Sta. Iria, não muito longe da Lezíria Grande de Vila Franca. Os accionistas encomendam então um parecer sobre o abastecimento de água potável às lezírias de Vila Franca de Xira, de que careciam os cerca de 600 rendeiros e trabalhadores que ali residiam ou laboravam, sobretudo no verão (Estudos sobre as Lezírias 1883-1938). A criação de gado bovino sendo desde sempre importante no Ribatejo, conhecerá os primeiros cruzamentos de espécies em 1886, na época destinadas à exportação de carne para Inglaterra. Mas o grande impulso a esta actividade será dado no ano seguinte, com os incentivos à criação de gados bovino e ovino.

Apesar destes sucessos, a 18 de Abril de 1892 é nomeada uma comissão para propor uma nova emissão de acções, como forma de saldar dívidas contraídas pela Companhia e que estavam a ser cobradas na sequência de processos judiciais (Comissão 1892). A venda de terras sendo uma das possibilidades foi fortemente denegada pela maioria dos accionistas (Proposta de emissão de acções, 1892). A situação política nacional era instável, desde o “mapa cor-de-rosa de 1886”, por via da reclamação de vasta porção de território africano para Portugal nas instâncias internacionais, ainda no reinado de D. Luiz, tendo-se agudizado após a sua morte com o ultimato inglês de 11 de Janeiro de 1890. A crise financeira e bancária que se lhe seguiu não foi fácil para ninguém e muito menos para

---

<sup>4</sup> A lei sobre crédito agrícola só será publicada e aplicada no resto do país em 1914, no governo presidido por Bernardino Machado.

as Lezírias. A juntar à desfavorável conjuntura, o avolumar dos conflitos diplomáticos com a Inglaterra, para onde a Companhia exportava boa parte da produção, só veio descapitalizar ainda mais a sociedade em apreço.

As exigências de clarificação de procedimentos fazem com que em 1897 se legitime o arrendamento de terras (que em muitos casos foi transmitido de pais para filhos e mantido nas mesmas famílias, até aos dias de hoje) e se inicie a exploração directa dos gados por parte da Companhia, quando era já prática corrente na lavoura de cereais. A administração da Companhia das Lezírias não será, obviamente, sempre pacífica. A primeira tentativa de liquidação data do ano 1900. O litígio dá-se entre a Comissão Fiscal (que cedo se constituiu para elaborar o orçamento anual e assessorar a gestão corrente) e a Direcção, por esta pretender vender património fundiário. A esse se junta um outro litígio com o Estado, referente à posse de bens doados por particulares. Ambos os litígios culminam em 1904, ao tempo do reinado de D. Carlos, quando o governo propõe a liquidação da Companhia às cortes de 8 de Janeiro (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado 1912<sup>b</sup>, p. 6).

A reclamação dos accionistas não se fez esperar, pois não reconheciam à Coroa legitimidade para decidir sobre o futuro da Companhia das Lezírias, cujo património houvera vendido no passado, enquanto novos acontecimentos na conturbada cena política adiam um desfecho inglório.

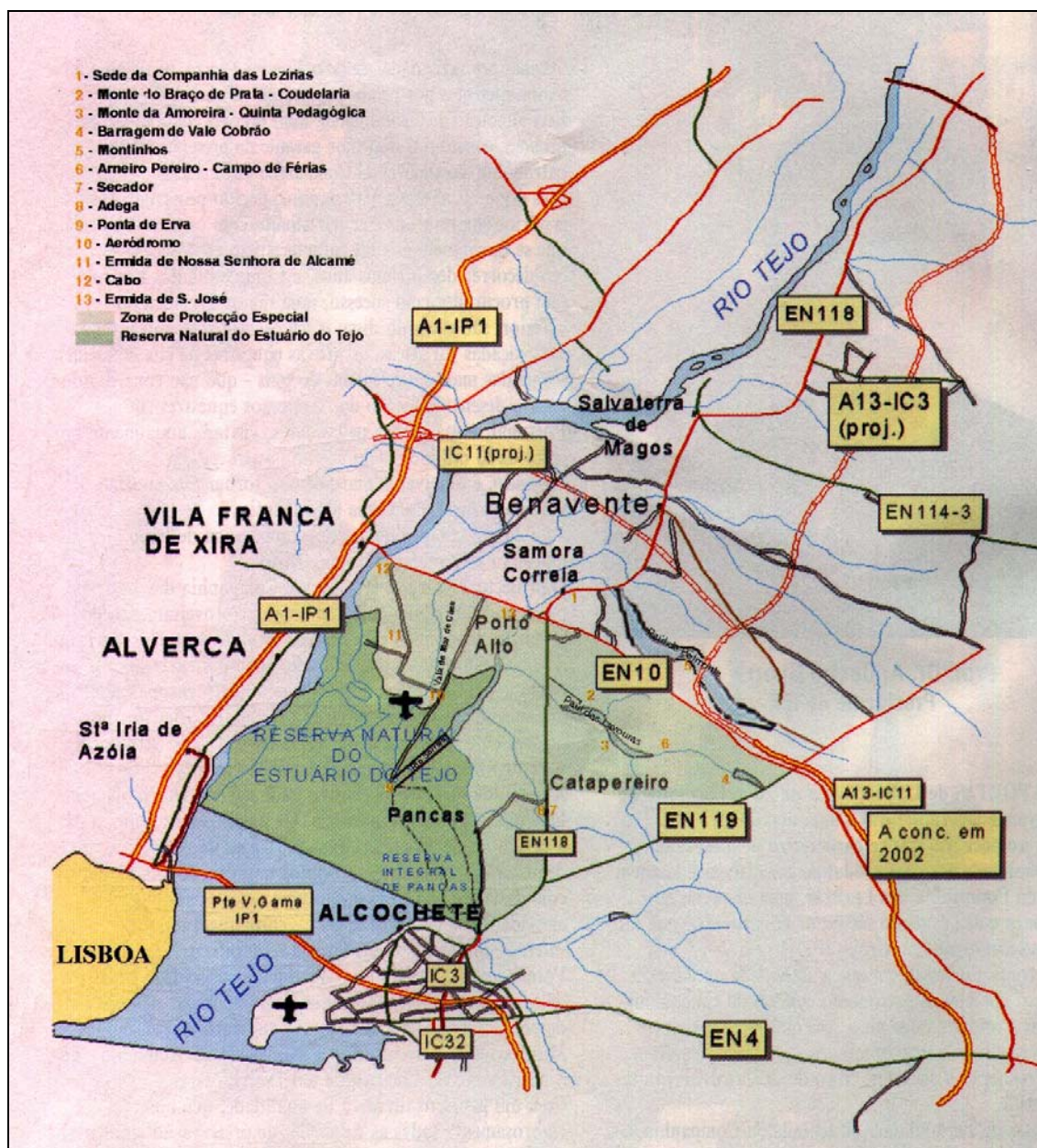
Nos primórdios do século XX fazem-se novos investimentos, desta feita no cultivo do arroz (de que é hoje o maior produtor nacional) e na criação de gado cavalariço, complementando a vocação pecuarista dominante. No que concerne às infra-estruturas ferroviárias e prosseguindo uma tendência evolutiva nacional<sup>5</sup>, começam as obras de conexão por via férrea do Porto Alto (em Samora) ao Pinhal do Cabeçudo. Apesar da continuada instabilidade política da época, mormente após o regicídio de 1908, é criada uma Comissão de Melhoramentos do Tejo em 1909, tendo por representantes da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado os digníssimos senhores Bernardino Camilo Cincinnato Costa e José Pereira Palha Blanco, e por parte do governo o Engenheiro José Ribeiro de Almeida. Esta preocupação do poder político com a extensa área agrícola em análise demonstra a sua importância para a economia nacional mas radica no facto de haverem sido muitos os danos causados ao Baixo Tejo pelo tremor de terra de 23 de Abril de 1909.

Em meados de Maio desse ano são enviadas cartas aos accionistas dando conta do facto de haver a Companhia deliberado, em Assembleia Geral, contrair um empréstimo, especial e temporário, de até cem contos de reis, a que eram todos os accionistas chamados a contribuir como credores interessados no futuro das lezírias. O empréstimo destinava-se a *“fazer face ao custeio das reparações e reconstruções necessárias, em razão do tremor de terra (...) e para se poder abreviar a beneficiação dos terrenos salgados na lezíria de Villa Franca”* (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1909).

---

<sup>5</sup> Desde a inauguração do primeiro troço dos caminhos-de-ferro portugueses, de Lisboa ao Carregado, em 1856 (reinado de D. Pedro V), que o país viu crescer a rede ferroviária, sendo então o comboio o mais avançado meio de transporte, de pessoas e de carga. Em 1882 conclui-se a linha da Beira Alta; em 1904 completou-se a linha férrea da Beira Baixa. Em 1905 o ramal de Estremoz a Vila Viçosa, onde estava a residência de referência e de preferência do rei D. Carlos. No ano seguinte terminarão as obras de ligação a Vila Real de Santo António, no Algarve. In Serrão, J. *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, pp. 186-202.

Fig. 3 – Esboço cartográfico da Companhia das Lezírias



Jornal Expresso (2002)

Após a implantação da República (1910), serão feitos avultados investimentos na Companhia. Importam-se de Inglaterra poderosas máquinas a vapor destinadas à drenagem e arroteamento dos salgados do Tejo, que totalizam os 4.000 ha e os do Sado, com 1.500 hectares. Introduzem-se os olivais nas charnecas, da ordem dos 200.000 pés de oliveira que ocupam já 1.000 hectares (1910-1912). Constroem-se dois silos e fazem-se notáveis projectos de irrigação. Parte das propriedades era explorada directamente pela Companhia, mormente a área silvícola, enquanto a propriedade arvensa estava arrendada a 603 rendeiros (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1912<sup>b</sup>).



Para custear os novos encargos, data de 1912 um pedido de indemnização de 700 contos de reis, dirigido aos Deputados da Nação, por conta do imposto de fábrica não arrecadado desde 1836, acrescido de outros débitos e rendas devidas pelo Estado. Em 1912 propõe-se nova alteração aos estatutos, que haviam sido alterados pela primeira vez em 19 de Abril de 1858. A alteração mais importante refere-se novamente ao capital, que se pretende aumentar para 3.000 contos de reis. A primeira série de acções, emitidas aquando da constituição da Companhia em 1836, mantinha-se, ou seja, 4000 acções de 500 mil reis cada, das quais 122 haviam sido amortizadas. A essas se haviam juntado mais 600, aumentando o activo para 2.300 contos de reis (Comissão de Avaliação, 1892). As quatro séries propostas em 1912 teriam valor nominal de 100 mil reis (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1912<sup>a</sup>). A relação dos accionistas de 1912 dá-nos a informação dum total de 4.600 acções pertencentes a 440 investidores (Proposta de emissão de acções, 1912).

Entretanto Portugal e o mundo sofrem uma das mais mortíferas contendidas, a 1<sup>a</sup> Grande Guerra. Entre 1912 e 1920 houve substancial mudança na composição da Companhia das Lezírias, passando as acções da sociedade a totalizar 5.000. Grandes accionistas como a família Oliveira de Sommer (400 acções), Gomes Netto (324), Sampaio Tarujo (143 acções) que constavam da *“Relação de accionistas a quem se mandou a circular que acompanhava o projecto de representação à Câmara dos Deputados”* (1912) simplesmente desaparecem ou reduzem consideravelmente o seu património, como é o caso de Luis Adolpho de Oliveira Sommer que de 400 passa a deter apenas 100 acções das lezírias.

O director da Companhia eleito em 1920 é Manuel José Monteiro, o accionista majoritário com 130 acções. A homenagem feita ao Dr. Vicente Monteiro (jurisconsulto) e registada em acta de dia 1 de Abril de 1918, e diversas referências posteriores (nem sempre elogiosas) demonstram que desde 1884 fora este accionista membro da direcção ou director da Companhia. Mau grado a diferença de opiniões patente nas actas, é de realçar que importantes investimentos se fizeram durante a sua gestão. Acusado de centralizador e de haver desbaratado património fundiário, facto é que as acções subiram durante o seu longo mandato e se constituiu um fundo de reserva que ia chegando para amortizar as dívidas, inclusivamente as contraídas por virtude de catástrofes naturais (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1918, 1919, 1920).

Um projecto de irrigação de grandes dimensões inicia-se no final da mais difícil década, no ano de 1919, e refere-se especificamente à chamada Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, ou seja, à porção de solo insular compreendido entre o vale do rio Tejo e o vale do Sorraia, com altitudes que não ultrapassam os 5 metros acima do nível das águas do mar (Almeida 1919). A área desta ilha fluvial é de 14.476 hectares. Na época já estavam na posse de particulares 3.667 hectares, pertencendo 10.609 ha à Companhia das Lezírias e ficando os remanescentes 200 reservados a caminhos, estradas, valados, etc. De acordo com o autor do projecto: *“A Lezíria de Vila Franca é um vasto campo que muito se presta ao benefício da irrigação não só como seguro de boas colheitas, mas também como meio de proceder, rapidamente, à dessalga de perto de 3.000 hectares. Este campo foi formado pelos aluviões que as águas em cada maré banhavam, e está hoje defendido da entrada das marés pelos importantes valados que a abraçam, e cuja conservação tem de ser muito cuidada exigindo a mais vigilante atenção, porque eles constituem a defesa do campo. São estes valados que defendem também o campo das cheias, e, por isso, o manter estas obras*

*em boas condições de resistência é, evidentemente, uma das despesas de exploração que tem primacial importância". (...) "As cheias são prejudiciais aos campos, entrando pelas depressões, a que vulgarmente se chamam bocas, alvercas ou alverções, principalmente quando ocorrem nos meses de Maio a Outubro". (...) "Sendo de 45.000 hectares a bacia inundável do Tejo, podemos dizer que, pelo menos, toda a parte inundável é susceptível de ser regada."* (Almeida, 1919, pp. 5 e 16).

O plano previa a abertura de um canal central de 18 km de extensão, com início na Ponta d' Erva (vide esboço cartográfico da Fig. 3) que se tornará na espinha dorsal da Lezíria Grande.

Convém esclarecer que a situação financeira do país era então extremamente difícil, sucedendo-se os governos, sendo mui elevada a inflação e padecendo a lavoura de crónica falta de mão-de-obra<sup>6</sup>. Para que se possa fazer uma pálida ideia do valor do dinheiro, no ano de 1919 as acções da Companhia das Lezírias eram vendidas pelo valor nominal de 3.000\$00 escudos (Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado, 1919); no ano seguinte as actas da assembleia-geral referem o valor de 8.000\$00 por acção (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1920).

A acta da assembleia-geral de accionistas da Companhia das Lezírias de 1 de Abril de 1921 dá conta de numerosos trabalhos de abertura de valas e rectificação do Mar de Cães, na lezíria de Vila Franca de Xira. O trabalho seguia a proposta do Eng. Ribeiro de Almeida, antes citada, e iniciou-se com valadores mas logo estes foram substituídos por máquina escavadora contratada, devido à falta de braços. No ano 1920 plantaram-se 71.000 eucaliptos e 400 hectares de penisco que se vieram juntar às oliveiras do Catapereiro (6.000 em 1920) como as apostas no futuro da nova direcção. Em contrapartida o preço do trigo desceu a preços muito baixos, desestimando-se a sua sementeira (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1921). A instabilidade política e económica que grassava no país repercutiu-se obviamente nas sessões dos accionistas desta companhia privada, cuja finalidade fora sempre, não esqueçamos, o lucro.

Em Janeiro de 1922 os democráticos ganham eleições gerais dando lugar a um governo chefiado por António Maria da Silva. As greves operárias e dos transportes (Carris) sucedem-se, levando à concentração na capital de tropas vindas da província. Mas meses depois rebentam petardos nas ruas por via de uma greve geral contra a carestia de vida (7 de Agosto). É declarado o estado de sítio em Lisboa e concelhos limítrofes por 15 dias e no final do ano toma posse novo governo (37º Governo Constitucional).

Um dos acontecimentos cardinais para as lezírias será constituído pela regulamentação da Lei n.º 1368 (de finais do ano de 1922) que prevê um agravamento nos principais impostos directos (contribuições industrial e predial, aplicação e transacção de capitais). Ela causou o pânico nos meios económicos, gerando estagnação no investimento e fuga de capitais. Não surpreende ninguém que os accionistas da Companhia das Lezírias

---

<sup>6</sup> A população portuguesa censada em 1911 foi de 5.547.708 habitantes. No ano seguinte emigraram (legalmente) 77.000 indivíduos. Em 1913 o número anual de emigrantes perfaz 67.000. Segue-se a Primeira Grande Guerra (1914-1918) com efeitos indubitavelmente perversos para a economia e a demografia nacional. Como se não bastasse, entre 1918-1919 pereceram 102.750 pessoas devido ao surto de gripe pneumónica (In: Serrão, J. *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa: Horizonte, 1980)

estivessem particularmente preocupados com a sua situação pessoal e, no geral, com a situação da Companhia, cujas contribuições eram já pesadas e desta feita se tornaram ainda menos comportáveis. Só no ano de 1923 fizeram-se 3 reuniões, todas elas contestadas, inclusive judicialmente e onde se propunha a liquidação da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado. Elas foram convocadas não pelos 100 maiores accionistas, como estatutariamente deveriam haver sido, mas por desesperados pequenos accionistas que desejavam reaver o que era seu. Em meados do ano, face à recusa de alguns bancos em satisfazer os pedidos de crédito dá-se uma corrida aos depósitos, precipitando falências. Nada mais nada menos do que 5 bancos portugueses declaram insolvência em 1923 (Rodrigues et al., 1994). Finalmente, com data de 27 de Julho, uma nova proposta mereceu aprovação dos accionistas da Companhia das Lezírias: “*Que se proceda imediatamente à venda de todas as propriedades da Companhia, com excepção das da Lezíria de Vila Franca de Xira (...)*” (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1923).

Com efeito, há referências nas actas seguintes a vendas efectuadas nas 2ª (Samora), 3ª (Valada) e 4ª Administrações, abrangendo propriedades sitas em Benavente, Valada, Azambuja e Chamusca, numa área aproximada de 3.500 hectares. Com o produto das transacções adquiriram-se 1.684 acções a cuja amortização se procedeu. Mereceu ainda investimento um conjunto de obras de defesa marginal das lezírias e de drenagem dos campos, nomeadamente os valados reais do Conchoso e do Mar Novo (...) “*onde a acção das correntes do Tejo todos os anos se faz sentir e produz estragos importantes.*” Prosseguiram ainda as obras de abertura do Mar de Cães (vala principal), as magníficas valas da Lezíria de Vila Franca que ainda hoje perduram e permitem a irrigação dos campos, que já chegara em 1924 cerca do lugar onde passa a conhecida recta do Cabo (EN10), ou seja, ao limite norte da actual Companhia (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado 1925<sup>a</sup> e 1925<sup>b</sup>).

A acta de 27 de Maio de 1925 refere o uso de máquinas Mac-Laren próprias, no arroteamento de mais 400 hectares de terras de mata improdutivo onde se haviam plantado pinhais e eucaliptos. A Companhia possuía ainda pinhais na Comporta (a sul de Setúbal) que houvera mandado limpar, o que nos deixa entrever não se haverem ainda vendido tantas terras da 5ª Administração, como pretendia a resolução de 27 de Julho de 1923. As queixas da Direcção referem-se sobretudo ao exorbitante custo dos salários dos trabalhadores contratados para as terras de lavoura em regime de exploração directa, enquanto a cobrança de rendas se fazia com dificuldade.

O ano de 1924 terá sido marcado por escassez agrícola, (...) “*perturbação grande havida na praça com as variantes cambiais, de onde resultou grande oscilação nos preços dos géneros e dificuldades de venda (...), acrescidos de medidas intempestivas (...) dos governos com relação ao preço de trigos, que trouxeram a retracção do mercado e paralisação das transacções*” (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1925<sup>b</sup>: 8). Esta análise coincide, embora não na totalidade, com os dados históricos, marcados a 22 de Fevereiro pelo assalto a padarias e lojas, face ao desfasamento existente entre a actualização dos salários e a inflação galopante, assim como à memória de racionamentos alimentares num passado recente. Os governos republicanos sucedem-se em Portugal e os baixos salários são motivo para manifestações e comícios da Confederação Geral dos Trabalhadores, reconhecida em Dezembro de 1924 (Rodrigues et al., 1994).

Fica assim esclarecido que a visão optimista que os accionistas tinham dos salários dos trabalhadores agrícolas naqueles dias, obviamente em falta no mercado, era ditada pela sua posição de contratantes em busca de melhores dividendos anuais.

Apesar dos lamentos dos accionistas, patentes nas actas das assembleias anuais, a Companhia continuava a apresentar um saldo positivo em meados da década de 1920, nunca tendo deixado de distribuir lucros. O Banco Comercial de Lisboa foi o 2º maior accionista, depois de Manuel José Monteiro, até 1925. A participação das instituições bancárias cessará ao longo do ano de 1926, quando o Banco Portuguez e Brasileiro, que adquirira entretanto um lote elevado de acções a outros bancos e a particulares, vende um total de 215 títulos à própria Companhia das Lezírias (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1926<sup>a</sup> e 1927<sup>a</sup>).

Uma proposta inovadora será apresentada na assembleia que teve lugar a 24 de abril de 1926, onde pela primeira vez se propõe a venda de pequenos tractos de terreno a rendeiros, em especial os localizados junto a Samora Correia e na Charneca do Infantado, onde se iniciara já uma obra de colonização agrícola. O objectivo de partição em pequenas glebas não era o de subdividir a Companhia, mas o de facultar ao *“cultivador agrícola a posse de pequeno casal ou prédio rústico onde ele pudesse fixar a sua família e granjear para ele os principais géneros necessários à sua existência (...) para além de promover o mais útil aproveitamento da propriedade pelas famílias dos trabalhadores rurais”* (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1926<sup>b</sup>: 1). Mau grado o mérito da proposta a sua aprovação não foi pacífica.

### Quadro 3 – Cortiça amadia extraída dos montados da Companhia – 1920-1930

ANOS	Arrobas de cortiça
1920	54.149
1921	26.063
1922	-
1923	46.630
1924	18.550
1925	37.426
1926	34.512
1927	35.033
1928	63.043
1929	36.275
1930	28.065

Fonte: Balanço e Contas da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado (1941<sup>a</sup>)



Entre 1920 e 1928 despenderam-se avultadas somas com a plantação de eucaliptos, com o pico em 1925 (134.511\$53, cifra em escudos) tendo totalizado 534.724\$97 de investimento só nesta espécie (Estudos sobre as Lezírias, 1837-1928). Há notícia do plantio de 1 milhão de pés de *Eucalyptus globulus* na Charneca do Catapereiro (Companhia das Lezírias, 1925<sup>b</sup>). Até ao advento do Estado Novo, vender-se-ão vastas extensões das lezírias cujos lucros foram aplicados na aquisição de acções da Companhia, de harmonia com os estatutos.

A realização de obras de drenagem, a aplicação do produto da venda de terras em benfeitorias como furos artesanais (35 poços em Abril de 1927, na Lezíria Grande de Vila Franca), e os bons proventos da venda da cortiça (vide quadro 3) marcarão a transição da 1ª República para a longa noite da ditadura, no vale do Tejo (Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1927<sup>b</sup>).

#### **4. O Estado Novo**

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 desencadeia um processo autoritário consubstanciado nas obrigatórias autorizações do governo para celebração da assembleia geral de accionistas, a ordinária como a (ou as) extraordinária (as), que se vinham realizando quase sempre em Lisboa, na sede da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, na Rua Nova do Almada. Eram duas sessões consecutivas, por via da necessidade de eleger anualmente os directores efectivos, a mesa da assembleia e a comissão fiscal, que tomava para si a responsabilidade de avaliar e emitir parecer sobre o relatório da direcção. Assim, embora os estatutos tivessem consagrada a obrigatoriedade de apenas uma assembleia geral anual, na prática esta foi-se subdividindo em duas, às vezes 3 sessões que se realizavam normalmente entre Abril e Julho.

De acordo com o historiador português João Medina, os conceitos norteadores do chamado “Estado Novo” foram sendo meticulosamente edificados ao longo da década de 1930, enquanto as suas realizações práticas institucionais e políticas datam de 1936, sendo caracterizado por *“personalização na acção dum homem particular, dos seus gostos e inclinações, um ideário próprio, subjacente a toda a arquitectura conceptual, filosófico-jurídica, desde o diploma constitucional até às diversas palavras de ordem bradadas por sequazes entusiastas ou aplicadas por burocratas rituais. (...) O seu regime (...) manter-se-ia sempre ecléctico ou híbrido, ditadura de generais e catedráticos (Unamuno dixit), casamento de padres e doutores (Pessoa dixit)...”* (Medina, 1995, p. 11-12).

Voltando ao estudo de caso, a Companhia das Lezírias, muitos dos melhoramentos e investimentos feitos neste tempo de preparação da ditadura salazarista, seguiram-se a catástrofes naturais e financeiras em que foi fértil. Mas nem todos foram alvo de desentendimentos entre os accionistas como se poderia inferir da leitura das páginas precedentes. Um dos estudos mais brilhantes sobre o aproveitamento das terras do Baixo Tejo foi elaborado em Abril de 1929, pelo engenheiro agrónomo Luiz Cincinnato Cabral da Costa, e refere-se ao lagar do Catapereiro, uma estrutura planeada para fabrico de vinho tinto que o levou, juntamente com um dos três directores efectivos da Companhia, o senhor Madail Lopes Monteiro, a terras do sul de França. A proposta fora apresentada em

assembleia-geral de 1928, pelo accionista António Francisco Ribeiro Ferreira, ele próprio insigne proprietário agrícola e agricultor (Companhia das Lezírias, 1928). Por sua sugestão, foi a delegação da Companhia das Lezírias à Casa Marmonier. Para além de assistirem ao prestigiado Congresso Internacional do Vinho e do Pinho (em Bordéus, em Junho de 1928), percorreram as regiões de Saône-et-Loire, Bouches-du-Rhône, Var e Hérault, a fim de tratarem da importação da maquinaria mais adequada para resolver o “*problema moderno da vinificação, (de) melhor adaptação (...) entre nós por não obrigar a uma mudança radical nos tradicionais costumes dos nossos mestres de adega*” (Estudos sobre as Lezírias, 1910-1929, p. 4-5). Esta missão e o relatório que dele resultou levaram à aquisição de prensas hidráulicas para fabrico de um vinho de tão reconhecida qualidade que até aos dias de hoje mantém a marca registada de Catapereiro.

O início do Estado Novo é marcado pela aposta renovada na vinha e no olival. “*Como cultura intercalar (do olival) plantaram-se 328.000 bacelos em 1927, estando hoje a vinha n’um milhão de plantas*”. No mesmo ano plantaram-se 7.000 oliveiras, totalizando 100.000 pés. O milho foi também semeado como cultura intercalar na Charneca do Catapereiro (30 hectares) e continuou-se o eucaliptal com mais 220.000 plantas, a fim de incrementar a produção anual de madeira, avaliada já em 10.000 toneladas na altura (Companhia das Lezírias, 1928, p. 4-5).

No começo do fatídico ano de 1929, Bento Carqueja, em reunião da Secção de Ciências Económicas da Academia das Ciências de Lisboa avaliou a propriedade rústica nacional em 445.000 contos em ouro e a urbana em 350.000. Portugal era então notoriamente um país agrícola e rural, cuja “fortuna” estava avaliada em 6.745.000 contos ouro, a que faltava adicionar “*o valor dos bens dos portugueses nas colónias, sobre a qual faltam dados exactos. (...) Dividindo a riqueza pública, (...) toca por cabeça a importância de 740 escudos*” (Diário de Notícias 15/03/1929, p. 1). Os dividendos pagos por cada acção da Companhia das Lezírias eram, na época de 1.200\$00 (Companhia das Lezírias, 1929).

A conclusão óbvia era a da existência de enormes desigualdades sociais e económicas em Portugal, como também a imperiosa necessidade de melhor desenvolvimento do país a todos os níveis, não deixando de acusar a parca integração das riquíssimas possessões de além-mar, que ao longo da ditadura salazarista constituíram um mundo à parte, de que a metrópole não abdicava, apesar de quase sempre ignorar o que lá se passava.

Em Assembleia Geral de 1930, a direcção da Companhia proporá para o ano de 1929 apenas 600\$00, reduzindo os dividendos para metade. O número de acções então em circulação era de 2.600. Os lucros das terras baixas da lezíria eram reais, mas a lavoura do Tejo ressentiu-se do *crash* da bolsa de valores de Nova York. À conjuntura internacional desfavorável juntar-se-ão as más colheitas dos anos agrícolas de 1928/29 e 1929/30, no âmbito de um ciclo de anos secos, obrigando a conceder bonificações aos rendeiros. Acresce que o regime hidrológico do rio era à época tão irregular que uma violenta tempestade bastou para que se tornasse imperioso refazer o valado da Tapada dos 38 Moios numa extensão de 4.100 metros, aumentando drasticamente as despesas (Companhia das Lezírias, 1930).

Em 1929 falece o segundo grande director da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, o Professor Bernardino Camillo Cincinato, sendo substituído por Madail Lopes Monteiro, que já pertencia à gerência. Malgradamente também ele desaparecerá dois anos depois. A este ceifar de bons e dedicados administradores vem juntar-se a adversidade de anos agrícolas sucessivos, marcados pela irregularidade nos caudais do Tejo e afluentes. No ano 1931 sequer se extrai a cortiça dos sobreiros que constituíam a maior fonte de renda do exercício da exploração directa. Com efeito, só em 1929, e apesar da crise, colheram-se 36.275 arrobas de cortiça amadia e 4.248 arrobas de cortiça virgem que baixaram para 28.065 arrobas em 1930. Prossegue a aposta no olival e na produção vinícola do Catapereiro com o plantio de mais 1.000 oliveiras e de 150.000 bachelos em 1929. Na mesma 2ª Administração (Samora Correia) plantam-se 100.000 *Eucalyptus globulus*, a fim de incrementar o já elevado rendimento das Matas. Existiam então 272 cabeças de gado bovino, das quais 122 vacas leiteiras (Companhia das Lezírias, 1930).

A situação económica da Companhia repercute os revezes administrativos, financeiros e climáticos, pelo que a 17 de Junho de 1931 se reúnem extraordinariamente os accionistas a fim de deliberarem sobre a conveniência de venda de mais propriedades. A relação dos accionistas sem direito a voto, dá-nos uma outra perspectiva desanimadora, a do género. Dos 240 accionistas não admissíveis à Assembleia Geral, mais de metade (126) são senhoras, quase sempre viúvas e às vezes usufrutuárias por conta de descendentes. Destacamos D. Maria Adelaide de Moraes Cardoso Ricca, com 40 acções, e D. Luiza de Campos Henriques d'Almeida, Condessa de Pinhel, com 30. Nenhuma das senhoras tinha representação na gerência, nem nos demais corpos deliberativos, quando accionistas homens com uma dezena de papéis e até menos eram parte integrante da Assembleia (Companhia das Lezírias, 1931).

Entre 1920 e 1940 os arquivos da Torre do Tombo dão notícia da alienação de milhares de hectares de património fundiário registado na Companhia, tendo rendido um total de 45.620.801\$11 (Companhia das Lezírias, 1941<sup>a</sup>). Será agora, não a seca, mas uma sucessão de inundações catastróficas, que vai assolar o Baixo Tejo, eventos registados a partir de 1936. No gráfico da Fig. 2, está representada a fértil, porém dramática, história das cheias registadas no rio e divulgadas pelo Instituto da Água. Apesar de a magnitude da cheia histórica de 1876 não haver sido ultrapassada, a adversidade marcará as terras baixas do estuário, mais propriamente designadas por lezíria até ao início da década de 1940.

Do ponto de vista político, em muito decorrente da penúria em que se encontravam (ainda e sempre) as finanças públicas, os anos 30 serão marcados pelo crescente domínio do regime de Salazar, como já mencionámos, fortalecendo-se o Estado Novo, marcado pelo saneamento e reequilíbrio das contas públicas e reorganização financeira do país. É que, após haver sido por breves dias ministro das finanças, no próprio ano da instauração da ditadura militar (1926), António de Oliveira Salazar ocupará a pasta de 26 de Abril de 1928 até 28 de Agosto de 1940, data em que se torna Presidente do Conselho de Ministros e cargo que manterá até à sua morte. Nesse período de comando das finanças públicas, o ditador engendrará o “mito do equilíbrio orçamental” com tal pragmatismo manobrador que seu ministério acabará por exercer controle sobre todos os outros, para depois se alargar a todos os aspectos da administração pública e daí se expandir para o domínio total da vida nacional (Oliveira, 1990; Sousa Franco, 1995).

A análise dos Balanços e Contas do início da década de 30 demonstra que das 5 administrações iniciais subsistiam 4: A de Vila Franca de Xira (1ª); Samora Correia (2ª); Valada (3ª); Golegã (4ª Administração). À Comporta, ligada ao vale do rio Sado, já não é feita menção pois fora vendida por 3.000 contos. A situação patrimonial melhora episodicamente em 1933, ano em que se conclui um ramal de 6 quilómetros da linha férrea privativa das Lezírias, totalizando 28 Km. Os serviços da linha Decauville oneram as despesas desse ano, mas esta benfeitoria constituiu sem dúvida um dos melhores investimentos feitos por direcções sucessivas, desde o início do século XX, permitindo o escoamento dos produtos da Charneca, então com produtivas searas, sobreirais, matas de pinheiros e eucaliptos, assim como detentora de crescente produção vinícola, cuja maquinaria estava já também totalmente operacional nos primórdios da década de 1930.

A crise económica mundial faz reduzir as exportações e o trigo passa a ser negociado com a Companhia Industrial de Portugal e Colónias. O desemprego aumenta, criando-se o Fundo de Desemprego em 1932, enquanto os preços dos bens agrícolas produzidos baixam, o que justificara a descida dos lucros em 1931. No exercício de 1933 mais de metade dos accionistas detinha menos de 5 acções e 80 % um número inferior à dezena. Desde a retirada das grandes instituições bancárias que se estava em presença de uma sociedade de pequenos investidores (Companhia das Lezírias, 1934).

A política de instauração de equilíbrio orçamental do Estado português, que passava pela redução das despesas públicas, a todo o custo, (voltamos a enfatizar), foi marcada nesta década pelo confronto entre “industrialistas” e “ruralistas”, tornando-se mesmo num obstáculo ao desafio do desenvolvimento económico e diversificação das bases produtivas. A campanha nacional do trigo e os diplomas do condicionamento industrial aparecem neste contexto, já que, como é sabido, Oliveira Salazar tinha *“uma visão ruralizante do desenvolvimento e do futuro do país, (...) fazendo a apologia do ideal rural de vida, da frugalidade e apelos à mediania e ao sacrifício, como regras morais de vida”* (Oliveira 1990, p. 164). Em 1930, 51% da população activa portuguesa estava ocupada no sector primário enquanto no censo de 1940 atingia os 53%.

Sendo a actividade agrícola de primacial importância no emprego como na economia, continuam a pesar muito no quotidiano dos portugueses as vicissitudes climáticas. Diversas cheias e mesmo um ciclone varrem a Lezíria de Vila Franca de Xira entre 1936 e 1941.

As numerosas e onerosas obras levadas a cabo pela Companhia, em especial no ano de 1940, utilizaram mão-de-obra e maquinaria próprias e não resultaram de qualquer ajuda estatal, nem sequer de financeiros influentes, apesar de durante a guerra regressar a banca após interregno de mais de uma dezena de anos. O Banco Lisboa e Açores adquiriu 50 acções, lote idêntico aliás ao detido por 3 companhias seguradoras: A Nacional; a Fidelidade (outros 50); a Previdente (40 acções). Uma das obras mais urgentes foi a reconstrução da Porta da Erva, demolida pelas cheias de 1937, necessária à contenção das águas salinas que teimavam em entrar pelas valas da lezíria de Vila Franca (Companhia das Lezírias, 1941<sup>b</sup>).

No final da década de 30, a Companhia possuía já 48 furos artesianos (13 dos quais obra recente) só na Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, contra apenas 8 de particulares, garantindo aos seus rendeiros e assalariados cerca de 2.100 litros de água potável por minuto. Na primavera a distribuição do gado cavalar e bovino era de 2 cabeças por cada um dos 5.000 hectares de pastagem, enquanto 4.690 ha estavam semeados. A Companhia detinha então 10.000 cabeças e um total de 9.690 hectares de terreno, contra 2.000 cabeças pertencentes a particulares que ao longo do tempo haviam comprado 4.460 hectares. Lembramos que no final da 1ª Grande Guerra Mundial os particulares detinham 3.667 hectares da Lezíria Grande. Entre 1919 e 1938 haviam sido alienados 793 hectares da mais produtiva fracção da Companhia (Estudos sobre as Lezírias, 1883-1938).

O balanço do exercício de 1941 dá-nos notícia de haver aproveitamento directo de 62 hectares de arrozal, sendo parca a superfície cultivada sem intermediários, porquanto juntamente com as terras arrendadas a Companhia das Lezírias possuía então 380 hectares de arroz. Na charneca, em particular na 2ª Administração, havia 945 ha de vinha e olival e 8.000 hectares de montado de sobro e florestas. Ao todo, cerca de 1.772 hectares das várias administrações da Companhia estavam consagrados a pastagem para gado. Existiam em 1941 as seguintes unidades de gestão: 1ª Administração (Vila Franca de Xira); 2ª (Samora Correia); a 4ª (Golegã). Desaparecera a da Valada (3ª Administração) devido à venda de terras (Companhia das Lezírias, 1941<sup>b</sup>).

As inundações registadas durante a 2ª Grande Guerra são agravadas por fenómeno raro nas nossas latitudes, mas sentido por todo o país: a 15 de Fevereiro de 1941 ocorre um ciclone que destrói todos os valados e diques que haviam sido tão denodadamente reconstruídos por ordem dos accionistas; tudo, à excepção das Portas de Ponta de Erva. “*E tudo o vento e a água levaram...*”, rezava o relatório da direcção parafraseando a obra da americana Margaret Mitchell, então em voga (Companhia das Lezírias, 1941<sup>b</sup>, p. 9). Durante os meses seguintes cerca de 400 trabalhadores irão acorrer aos rombos sofridos pelas terras da lezíria de Vila Franca de Xira, pois havendo já sido feitas as sementeiras havia que prevenir se não perdesse o investimento feito no ano agrícola. Estes acontecimentos levam à formação da Associação de Defesa da Lezíria, cujo desenvolvimento se aprofundará. Afinal a escassez de víveres ditava prudência e salvaguarda da lavoura, mormente das terras mais férteis e produtivas, como é o caso dos solos aluviais em apreço. Após aturadas diligências, que serão grandemente facilitadas pela entrada do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, (que em 1943 se torna no principal accionista), o Estado concede um empréstimo no valor de 42.500 contos à Companhia das Lezírias, agora confinada apenas ao Tejo (Companhia das Lezírias, 1925-1964).

Os efeitos económicos da 2ª Grande Guerra Mundial fazem-se sentir no país, apesar do estatuto de neutralidade adoptado pelo ditador António de Oliveira Salazar. O bloqueio económico aliado acentuou-se a partir da queda da França, em Julho de 1940. “*A Inglaterra impôs aos neutros, (...) a celebração de acordos comerciais de guerra e de acordos de fornecimento e compras, através dos quais, como contrapartida da aceitação das quotas e demais mecanismos de bloqueio, estes obtinham dos Aliados uma garantia de princípio para certos abastecimentos ou de permissão de certas exportações*” (Rosas e Brito, 1996, p.



280). O afluxo de capitais estrangeiros ao país foi o factor relativamente positivo deste rol, que veio beneficiar a economia portuguesa, tida para além de neutra por estável, e que veio somar-se à extraordinária valorização de certas exportações estratégicas em tempo de guerra, como o volfrâmio, estanho, as lãs e as conservas de sardinha.

Porém, o aumento da circulação da moeda e da procura interna, em período de grande escassez da oferta, trouxe tensões inflacionistas que geraram, em especial a partir da segunda metade do ano de 1941, sérias carências nos combustíveis, míngua de insumos agrícolas, como adubos azotados e sulfato, para além da escassez em todo o tipo de bens alimentares de primeira necessidade.

O açambarcamento e a especulação afectam os produtos agrícolas, em geral, e os de primeira necessidade, em particular. Em Outubro de 1941 adopta-se rígido controle da produção, dos preços e da circulação dos produtos, fiscalizados por uma máquina burocrática onde grassava a corrupção. Não nos parece ser acaso o facto de precisamente neste momento haver adquirido o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa um total de 48 acções da mais produtiva companhia agrícola nacional, tornando-se subitamente no 5º maior accionista e comparecendo um dos seus notáveis administradores à Assembleia Geral de 27 de Abril de 1942 (Companhia das Lezírias, 1942). Não houvera antes registo de qualquer interesse deste banco pela Lezíria. É sabido que o então patriarca deste negócio familiar, Ricardo Ribeiro do Espírito Santo e Silva, era amigo pessoal e dilecto de Salazar, não faltando referências nem sempre elogiosas, e igualmente, nem sempre confirmadas, a negociações entre ambos. Por outro lado, não deveria existir negócio mais apetecido para a alta finança, durante a 2ª Grande Guerra, do que a produção de bens alimentares.

*Os “aumentos de preços «por grosso» foram, segundo o insuspeito J.P. Costa Leite, no seu livro A Economia de Guerra (Porto, 1943), bastante significativos. Assim, se tomarmos o índice 100 para 1939 (por referência a Agosto) os preços sobem logo em Dezembro de 1939 para 115, em 1940 para 120 e em 1942 para 163,5. Ora, este salto nos preços agravou-se após 1942 com a continuidade da guerra e pelos efeitos do racionamento decretado pelo Governo” (Oliveira, 1990, p. 170).*

Na Relação dos 100 accionistas que, nos termos dos artigos 7º e 15º dos Estatutos, deviam compor a Assembleia Geral de 1 de Abril de 1943, encontramos duas instituições bancárias (Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, com 85 acções e Banco de Lisboa e Açores, com 50) e duas seguradoras (Companhia de Seguros “A Nacional”, 70 acções e Companhia de Seguros “Fidelidade”, com 50) nos 4 lugares cimeiros. Um pouco mais abaixo, em 6º lugar está a “Providente”, seguradora que possuía então 45 acções (Companhia das Lezírias, 1943ª).

Na sessão de 2 de Abril de 1945 os 5 maiores accionistas eram, respectivamente: 1. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, com 87 acções; Companhia de Seguros “A Nacional”, com 70; Companhia de Seguros “Providente”, 51; Banco de Lisboa e Açores, 50; Companhia de Seguros “Fidelidade”, igualmente com 50 acções (Companhia das Lezírias, 1945ª).

Voltando um pouco atrás, a fim de analisar a gestão em tempo de guerra, friso que o Relatório da Direcção do exercício de 1942 esclarece que, contrariamente ao que era

habitual, era agora franco e leal o espírito de colaboração entre todos os proprietários das lezírias do Tejo. As listas de accionistas, os que tinham direito a voto e os outros, demonstram que quer a alta burguesia agrícola, quer a nobreza que restava possuíam interesses na Companhia. A Comissão de Lavradores da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira entrega, em 1942, uma representação da *“quasi totalidade dos proprietários dessa região, (...) com sugestão de estatutos regulando a criação e funcionamento de um organismo encarregado de proceder às reparações e manutenção dos sistemas de defesa (valados) e de enxugo (valas e comportas) da referida Lezíria”*. Solicitava-se ao insigne ministro das obras públicas e comunicações do governo de Salazar, Eng. Duarte Pacheco, assistência técnica e auxílio material (Companhia das Lezírias 1943<sup>b</sup>, p. 27).

Curiosamente a petição feita ao Ministro das Obras Públicas<sup>7</sup> no respeitante aos estatutos de um organismo encarregue das obras de protecção da lezíria e à criação de uma associação de regantes do vale do Sorraia foram satisfeitas, dias antes do seu trágico desaparecimento a 16 de Novembro de 1943, por meio da institucionalização de uma Associação de Proprietários da Lezíria, ao abrigo do Decreto Lei n.º 33.210, de 11 de Novembro de 1943. A associação visava também a comparticipação de outros proprietários nas obras de defesa dos valados, o que parece não haver funcionado bem, uma vez que logo no exercício de 1944 a Companhia das Lezírias gasta 971.215\$70 sozinha, pelo que se decide em assembleia geral de 2 de Abril 1945 não prosseguir as obras (Companhia das Lezírias, 1944, 1945<sup>b</sup>).

As lezírias continuavam a ser exploradas de forma directa e indirecta, ou seja, através de rendeiros. Assinalo que durante a guerra é claro o aval dos accionistas ao reforço da exploração directa das propriedades que rendem 2.151.564\$58 só em 1942, 57% dos quais referentes a culturas várias, 5,6% a matas, 6,2% a montados e 31,2% à exploração pecuária, contra 2.867.225\$65 de cobrança de rendas. Mesmo assim, os rendeiros entregaram nesse ano 1.176.832 quilos de trigo contra os 90.388 quilos de exploração directa (Companhia das Lezírias 1943<sup>b</sup>, p. 6).

Registam-se ainda produções da ordem dos 3.800 quilos de batata em 1943, 600 pipas de mosto branco, destinado a transformação em açúcar, naquele ano, desconhecendo-se o que se passou com estas culturas no ano seguinte, em que estão registados 21.163 quilos de milho (vide quadro 4). O gado ovino declarado em 1943 corresponde a 2.696 cabeças e 2.146 em 1944 (Companhia das Lezírias, 1944, 1945<sup>b</sup>). A produção de lã era, portanto, considerável tendo constituído uma das apostas dos novos accionistas em função da procura e elevados preços registados no mercado. O Balanço e Contas do exercício de 1944, reportava lucros da ordem dos 3 milhões de escudos

---

<sup>7</sup> Desde a década de 30 existia um movimento de regeneração política e financeira que se traduzia em obras públicas monumentais. Foi feito considerável investimento em infra-estruturas que em conjuntura económica desfavorável, antes descrita, tinham a dupla vantagem de absorver a mão-de-obra desempregada e de fomentar a economia nacional. As obras de irrigação do Vale do Sorraia, a cargo da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, foram impulsionadas pelo mais notável protagonista da política de obras públicas do regime salazarista, Duarte Pacheco. Este processo seria interrompido a 16 de Novembro de 1943, quando o Ministro e presidente efectivo da Câmara de Lisboa falece em acidente de automóvel. (Fagundes 1995)



(Companhia das Lezírias, 1945<sup>o</sup>). Os dividendos distribuídos foram de 1.000\$00 por cada uma das 2.578 acções.

#### Quadro 4 – Principais Produções da Companhia das Lezírias durante a 2ª Grande Guerra

Produções	1943	1944
Trigo	1.176.832 Kg*	844.055 Kg*
	90.388 Kg**	64.930 Kg**
Azeitona	117.228 Kg	94.853 Kg
Cortiça	16.925 arrobas	26.670 arrobas
	(amadia)	(amadia)
	1.482 arrobas	5.435 arrobas
	(virgem)	(virgem)

Fonte: Relatórios da Direcção (1943 e 1944)

\* Produção dos rendeiros

\*\*Exploração directa.

Embora os livros de registo de compra e venda de acções estejam incompletos, foi possível refazer algumas movimentações financeiras registadas durante a guerra<sup>8</sup>. Foram muitos os accionistas de conjuntura que compraram papéis da Companhia entre 1940 e 1943, para as venderem logo após a contenda. São quase sempre pequenos accionistas e dentre eles destacam-se aristocratas como os Heredia, o Visconde da Merceana e até o Cardeal Patriarca de Lisboa, neste caso em benefício de usufrutuários. Dentre os grandes investidores destaca-se, como já mencionámos, o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa que chegou a possuir 102 papéis<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> A guerra criou grandes fortunas, seja pelas práticas de mercado negro, seja pelo facto de alguns sectores ligados à exportação de bens essenciais ao esforço de guerra, como a cortiça, minérios, conservas de peixe, lanifícios, terem visto subir os lucros em flecha.

<sup>9</sup> A instituição bancária não vende, no entanto, o grosso das acções da Companhia das Lezírias depois da guerra já que o negócio era rentável e nela tinham seus administradores considerável influência. A maioria dos papéis só será transaccionada em 1972. O BESCL e a Companhia de Seguros "A Nacional" mantêm-se até à década de 70 como os maiores accionistas. A Nacional chegou a possuir 140 acções até à nacionalização da Companhia das Lezírias, em 1975.

No exercício de 1945 o lucro volta a subir para 3.297.003\$91 (Companhia das Lezírias, 1925-1964 e 1944-1949). Boa parte do rendimento foi proporcionado pela política nacional de contenção dos já baixos salários agrícolas, apesar da requisição de maquinaria e de certos bens produzidos, que não afecta a Companhia na década de 1940, se atendermos aos relatórios de exercício, mas foi vulgar em todo o país. Portugal e a agricultura ressentiram-se nesta década das dificuldades geradas por inundações sucessivas e pelo ciclone de 1941, antes referido. Essa situação vai gerar a recusa de investimento significativo por parte dos pequenos agricultores nacionais, particularmente os das margens do rio Tejo, já que a conjuntura facilmente provia lucros sem necessidade de grandes esforços, sendo que os esforços não eram iguais para todos. Começavam-se a transferir, entretanto, os investimentos e os interesses económicos para as esferas comercial e industrial, em detrimento da agricultura, cujos proventos decrescerão a partir do final da contenda.

Os preços haviam sido tabelados de 1943 a 1945 e houve racionamento do consumo dos bens de primeira necessidade. Sublinho que a Companhia passou incólume por todas as dificuldades descritas, divulgando lucros significativos, tanto mais que é forte a possibilidade de boa parte deles haverem sido “camuflados”. E não só apresenta lucros elevados durante a guerra mas também após a mesma, com um rendimento líquido de 3.991.427\$17 em 1946, sendo que as terras arrendadas proviam agora o grosso da receita, totalizando 4.149.192\$90 contra pouco mais de 400 contos da exploração directa da Companhia, o que indicia um decréscimo decisivo nas actividades de exploração directa, proporcional ao aumento da oferta de bens alimentares e, sobretudo, ao regresso da normalidade na vida económica nacional (Companhia das Lezírias, 1944-1949). Apesar disso, a direcção pede aos accionistas autorização para vender charnecas de montado de sobro (1945), da ordem dos 200 hectares, assim como parcelas da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira de difícil acesso. Note-se que, a partir de 1938, após aquisição das terras de Vale da Asna, para passagem da linha Decauville (na 2ª Administração) e do celeiro da Azinhaga, e até 1954 não haverá compra de terras. Apenas haverá venda de património fundiário (Companhia das Lezírias, 1925-1964).

Os lucros baixam ao longo da década de 50, tendo-se registado 3.611.182\$37 no exercício de 1950 e 3.731.592\$19 em 1955. As receitas voltam a subir no exercício de 1957, com 4.124.867\$03, pouco ultrapassando os 4.000 contos em 1960 (Companhia das Lezírias (1925-1964). Durante a década de 60 as acções distribuirão dividendos da ordem dos 1.200\$00 cada, contra os 1.000\$00 que renderam durante a 2ª Grande Guerra Mundial e os 1.200\$00 nos idos de 1928! Em termos relativos, as acções são agora muito menos rentáveis.

Novas limitações são impostas ao espaço em apreço, no período que medeia entre os anos 50 e a Revolução de 25 de Abril de 1974. Com o reinício da emigração<sup>10</sup> e a

---

<sup>10</sup> No período correspondente a 1936-1940 há registo de 71.793 emigrantes. Entre 1941-1945 emigram 17.729 indivíduos e registam-se 30.838 saídas para as colónias. Entre 1946-50, 72.644 indivíduos emigram e saem 76.692 para as colónias. Entre 1951-1955 há 191.175 emigrantes legais e saem para as colónias 120.999 portugueses. In: Cónim, C. *A demografia ao sabor das influências externas*. Reis, A. (org.) Portugal Contemporâneo. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

decadência dos pequenos proprietários rurais, os assalariados passam no campo de 30% em 1950, para 26,5% da população activa em 1960 e apenas 14,1% em 1970. Por outro lado a classe operária fabril cresce de 23,1% em 1950 para 28,3%, em 60, graças ao incremento da população e por via do elevado êxodo rural (Oliveira, 1990). Os serviços e o comércio serão os mais atractivos empregadores do futuro.

A população activa portuguesa empregue no sector primário decresce, assim, após a 2ª Grande Guerra Mundial (quadro 5) e vai situar-se nos 49% no censo de 1950. A burguesia agrária ainda dominava em 1945 (57,7%) o que deixará de ser verdade ao longo da década de 50. Com efeito, os valores percentuais referentes ao sector primário diminuem para 43% dos activos em 1960, contra 22% empregues no secundário e 34% no terciário (INE, 1960). Em 1970 o comércio e serviços já empregam quase milhão e meio de portugueses, contra menos de 750.000 nas indústrias e 895.260 na actividade agrícola (Telo, 1995).

#### Quadro 5 – Evolução da População Portuguesa Activa na Agricultura – 1950/1981

	1950	%	1960	%	1970	%	1981	%
<b>Patrão</b>	136.541	10	76.270	6	17.100	2	7.961	1
<b>Isolado</b>	268.742	19	275.168	21	328.985	37	329.603	49
<b>Tr.familiar</b>	162.149	11	174.584	13	99.555	11	77.613	22
<b>Tr.assalariado</b>	842.019	59	770.447	59	444.750	49.5	241.050	36
<b>Outros</b>	-		814	0.06	4.870	0.5	8.454	1
<b>Total</b>	1.413.200		1.297.283		895.260		664.681	

Fonte: Telo, A.J. *História de Portugal*, vol. XIII, 1995, p. 329

A Companhia das Lezírias debate-se com falta de mão-de-obra o que, não sendo inédito, é agora quase dramático. Portugal não era mais o país de camponeses de outrora e os ventos de mudança sopram já na primavera marcelista (1968-1974), após a morte de Salazar. A Revolução dos Cravos põe em causa a persistência de enormes latifúndios nas mãos de uns poucos capitalistas. O poder político tem, por vezes, dificuldade em acompanhar o ritmo dos movimentos populares e de resolver os problemas levantados por certos excessos de protagonismo democrático. São agora os assalariados, sob a bandeira dos partidos comunistas de diversas tendências que, à imagem da mítica e sangrenta

---

Entre 1958 e 1974 emigraram legalmente 1.020.651 pessoas e, clandestinamente, mais de 500.000. Só no ano de 1970 saem de Portugal mais de 170.000 indivíduos, metade dos quais ilegalmente. O destino já não era o Brasil mas a França e a Alemanha. In: Telo, A.J. *Portugal, 1958-1974: Sociedade em Mudança*. Medina, J. (org.) *História de Portugal*. Madrid: Clube Internacional do Livro, vol. XIII, 1995, p. 317-330.

revolução russa ou da, temporalmente mais próxima, reforma agrária chilena, se apoderam das grandes propriedades rurais. A Companhia das Lezírias não foi excepção.

## **5. Da Revolução dos Cravos à Actualidade**

Em 1975 a Companhia das Lezírias (CL) é nacionalizada. Para evitar a especulação, o Estado comprou as acções disponíveis aos accionistas e em Novembro de 1978 será transformada em empresa pública, sob a designação de Companhia das Lezírias, E.P. Na década seguinte evolui para sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, passando a denominar-se Companhia das Lezírias, S.A., sendo o seu capital social inteiramente público<sup>11</sup>. Em 1989 o mesmo governo do Partido Social-Democrata, liderado por Cavaco Silva, que lhe confere o estatuto de sociedade anónima, propõe re-privatizar a CL o que não se concretiza.

Do ponto de vista da gestão corrente, após o período conturbado do PREC<sup>12</sup> (1974/75) a Companhia das Lezírias foi restabelecendo o ritmo de boa produtividade que sempre a caracterizou, mau grado todas as crises económicas e financeiras, nacionais e internacionais, que nela deixaram marcas. Perdeu, contudo, grande parte da mão-de-obra assalariada. Eram cerca de 900 trabalhadores ao tempo da nacionalização da Companhia. Hoje há somente 90 assalariados permanentes.

Em 1990, constitui-se a empresa Portucale – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Turístico, S.A. com interesses nas lezírias. A Companhia das Lezírias inicia então actividade no domínio do turismo e, acto contínuo, associa-se ao Grupo Espírito Santo (GES) e ao grupo inglês NACIP, que cedo se desinteressa pela sociedade e acaba por vender a sua parte na empresa agro-turística ao GES, por não ver os interesses imobiliários satisfeitos. É que o processo de aprovação de aldeamentos e urbanizações é moroso e controverso em Portugal, por estar em causa o abate de sobreiros, não permitido por lei, a menos que se declare o superior interesse público da obra, o que não é o caso, donde obter parecer sistematicamente negativo do Ministério do Ambiente.

Em 1991 a Companhia das Lezírias aliena a sua participação na Portucale, vendendo os 509 hectares da Herdade da Vargem Fresca ao Grupo Espírito Santo, por 78 escudos o metro quadrado. A Inspeção Geral de Finanças vem a classificar este negócio como lesivo para os interesses da Companhia das Lezírias e do Estado Português. Em 1993 a Câmara Municipal de Benavente aprova o empreendimento agro-turístico Portucale. Entretanto fora solicitada autorização para abater 1.473 sobreiros para construção de uma barragem. Em 1994 a Portucale pede autorização para abater mais 3.840 sobreiros para construir campos de golfe. O Instituto Florestal indefere o pedido.

---

<sup>11</sup> O capital social da Companhia das Lezírias em 2005 é de 5 milhões de Euros. O capital próprio totaliza 37 milhões de Euros. Fonte: *Indicadores da Actividade da CL*. Samora Correia: Companhia das Lezírias, Novembro de 2005.

<sup>12</sup> Processo Revolucionário em Curso (PREC)

Em 1995, o Ministro da Agricultura (Duarte Silva – PSD) autoriza o abate de 4.277 sobreiros. Porém, as eleições legislativas geram novo governo constitucional cuja tutela revoga o despacho anterior (Gomes da Silva – PS). Ainda assim, no espaço de um mês 1.672 árvores são cortadas. Em 1997, a Portucale insiste em solicitar autorização para abater árvores com base no alvará emitido pela Câmara de Benavente ao empreendimento. Apesar de haver sido assinado pelo Ministro da Economia (Pina Moura – PS), o despacho de abate de sobreiros é preterido no Ministério da Agricultura, em 2000 e 2001. Mais, é emitida legislação ainda mais restritiva, introduzindo-se o conceito de imprescindível utilidade pública. Os governos socialistas liderados por António Guterres dividem-se entre os defensores e os detractores da Companhia das Lezírias.

Em 2003, com novo governo coligado politicamente situado no centro-direita, volta a ser assinado despacho favorável pelo ministro da Economia (Carlos Tavares – PSD) mas não da Agricultura (Sevinate Pinto). A Portucale oferece 25 mil novos sobreiros à Companhia das Lezírias, em troca dos 2.600 que propõe abater na Herdade da Vargem Fresca.

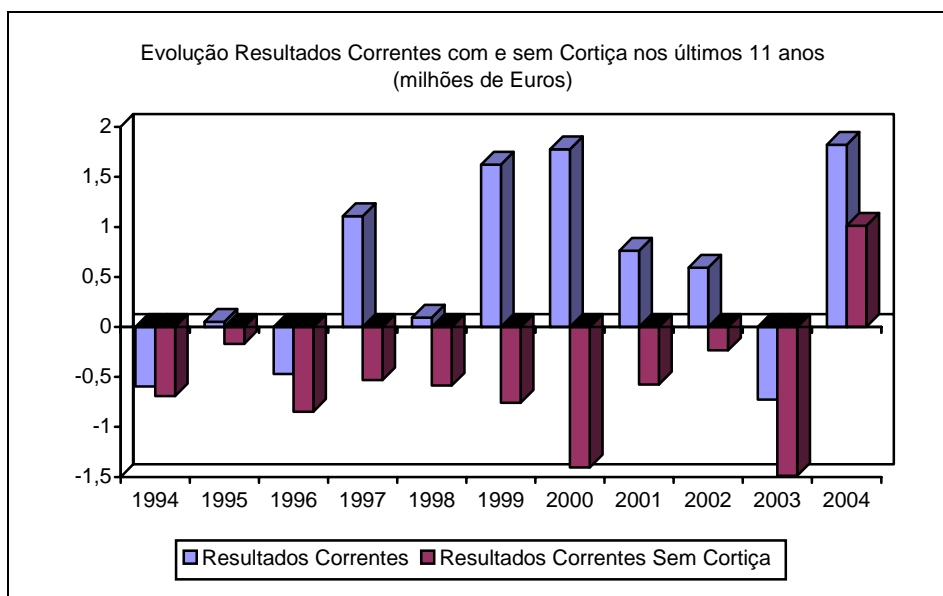
É redigida nova lei orgânica que pela primeira vez em 12 anos dá aos directores regionais das florestas poder para decidir sobre o abate dos sobreiros. Prepara-se a privatização da Companhia das Lezírias durante o governo coligado PSD/PP (Durão Barroso). A transição de governos, por virtude da subida do 1º Ministro de Portugal ao cargo de Presidente da Comissão Europeia (2004), e a vida curta da governação santanista (Pedro Santana Lopes) ditam o quase esquecimento deste projecto de privatização. Mas a 29 de Dezembro de 2004 é emitida uma nota interna da Direcção de Florestas, assinada por técnico do Núcleo Florestal do Ribatejo (Santarém) e aprovada pelo director geral, em Lisboa. Encontrando-se já em gestão, foi assinado a 16 de Fevereiro de 2005 um despacho conjunto por 3 ministérios, um dos quais recém-criado, autorizando o abate de sobreiros: Ambiente (Nobre Guedes – PP), Agricultura (Costa Neves – PSD) e Turismo (Telmo Correia – PP). Há, contudo, inexactidão nas datas de assinatura de dois dos ministros, que assinam a lei governamental depois de haverem perdido as eleições e como membros de um governo de gestão corrente, de limitados poderes, portanto.

A associação ambientalista Quercus apresenta providência cautelar a 11 de Março de 2005 e 3 dias depois o Tribunal suspende os abates. Lavra-se mais um despacho conjunto dos novos Ministros do Ambiente (Nunes Correia – PS), da Agricultura (Jaime Silva) e Economia (Manuel Pinho – PS). Dos 954 sobreiros cujo corte fora libertado por director regional, 900 haviam sido abatidos a 28 de Março de 2005, altura em que se reverteu o processo. A 10 de Maio de 2005 inicia-se oficialmente processo judicial contra o advogado Nobre Guedes (ex-ministro do Ambiente) e o empresário da Grão-Pará, ligado tanto ao Partido Popular como ao Grupo Espírito Santo, acusados de tráfico de influências (Expresso, 14 de Maio de 2005).

O detalhado rol de acontecimentos recentes e de intervenientes no processo de abate dos sobreiros nas terras da Companhia e suas adjacências, seria escusado não fora a importância vital que os lucros da exploração da cortiça têm actualmente para a Companhia das Lezírias. A análise do gráfico da Fig. 4 demonstra que os resultados correntes da sociedade anónima dependem do bom desempenho desta produção, de que Portugal é o primeiro exportador mundial. Com a excepção dos anos 1994, 1996 e 2003, no exercício da última década a cortiça contribuiu grandemente para o equilíbrio da gestão corrente. A

venda de sobreirais e o abate dos sobreiros não é apenas crime ambiental mas crime económico, um atentado à própria sobrevivência da Companhia, e consequentemente uma perda irreparável para a economia nacional.

**Fig. 4 – Companhia das Lezírias**



Companhia das Lezírias (2005)

Sublinho que a Companhia das Lezírias legou a Portugal uma dinâmica empresarial, tecnológica e funcional de que a actividade agroflorestal e pecuária não era dotada noutras paragens. Possui hoje cerca de 20.000 hectares de propriedades subdivididas em duas porções com características topográficas, edáficas e de exploração distintas: A Lezíria Grande de Vila Franca de Xira e a Charneca do Infantado. Há um total de 3.500 hectares de terras arrendadas a um total de 47 rendeiros. O remanescente (82%) está sob regime de exploração directa contando com 90 trabalhadores permanentes e cerca de uma vintena de sazonais. Explora 9.000 hectares de forragens, pastagens e restolhos cerealíferos, um quarto dos quais localizados nas terras baixas do vale do Tejo, correspondentes a altitudes inferiores a 5 metros acima do nível do mar – as lezírias (quadro 6). Estas verdadeiras ilhas de sedimentos da beirada do estuário alimentam acima de 3.670 reses bovinas, 800 ovelhas e cerca de 147 cavalos. As vacadas são exploradas em regime extensivo, sob o princípio de 5 hectares forrageiros por animal, exclusivamente alimentadas no prado, identificadas electronicamente na garantia de máximo controle sanitário e rigorosa selecção genética. Reproduzem-se com especial interesse raças bovinas autóctones, a Preta e a Mertolenga, com exigente controle de qualidade. Os bovinos destinam-se à produção de carne vendida sob a designação de “Carne da Lezíria”.

Após os revezes sofridos com a nacionalização da Companhia, a área de vinha voltou a crescer em função de um projecto vinícola assumido por sucessivos responsáveis



pela sua gestão<sup>13</sup>. Os vinhos abrangidos com a denominação “*Companhia das Lezírias*” são produzidos a partir das castas Castelão, no caso do tinto e Fernão Pires, nos brancos. Pertencem à denominação de origem do Ribatejo e são estagiados em madeira nova de carvalho americano e francês. O vinho tinto é seleccionado em anos especiais para dar lugar à reputada marca “*Catapereiro Colheita Seleccionada*”. Dentre os vinhos de mesa seleccionados destaca-se ainda o “*Senhora de Alcamé*”.

Em Outubro de 2005 o Instituto de Conservação da Natureza inicia estudos que visam o alargamento da Reserva Nacional do Estuário do Tejo (RNET), que ocupa boa parte da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (vide Fig. 3). A RNET havia sido criada em 1976, abrangendo 14.563 hectares dos concelhos de Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira, espaços usados por 70 mil aves migratórias, dentre as quais flamingos. Aquando da construção da Ponte Vasco da Gama criara-se a Zona de Protecção Especial (ZPE) do Estuário do Tejo, pelo Decreto-lei n.º 280/94 de 5 de Novembro, a fim de compensar o estuário e as áreas envolventes do impacto ambiental provocado pela circulação rodoviária e prevista expansão urbana, mormente nos concelhos de Alcochete e Montijo. Essas previsões foram em boa verdade largamente ultrapassadas pelas políticas locais do “betão” razão pela qual a Companhia das Lezírias, sita entre a EN 10 e o estuário, a 30 km de Lisboa, se torna cada dia mais apetecível para os agentes imobiliários e de desenvolvimento de empreendimentos turísticos que espreitam nas franjas da lei oportunidades de negócio.

#### Quadro 6 – Principais Produções Vegetais da Companhia das Lezírias – 2005

Culturas e florestas	Hectares
Sobreirais ( <i>Quercus suber</i> )	6 150
Pinhais ( <i>Pinus pinaster e pinea</i> )	1 358
Arroz	1 110
Cereais (trigo e cevada)	590
Milho	293
Vinha	120
Beterraba	105
Forragens	9 000
<b>Área total explorada pela Companhia</b>	<b>19 399</b>

Fonte: Companhia das Lezírias (2005)

<sup>13</sup> À imagem do que sucede noutras empresas públicas e sociedades anónimas de capitais públicos, de cada vez que muda o governo nacional tende a mudar a gestão da Companhia das Lezírias. Actualmente as administrações são nomeadas pelo governo português por mandatos de três anos.

A expressão da mais recente volição de novo governo socialista (José Socrates) de estender a todo o espaço da Lezíria Grande o estatuto de reserva natural é, na actual conjuntura, uma excelente notícia. Sublinho, contudo, que a protecção exclui a charneca, a porção da CL onde se estendem os sobreiros. O espaço em apreço representa uma porção reduzida do país. No universo dos espaços protegidos do planeta é ainda mais ínfimo. De acordo com Alvarez, no Congresso Mundial de Parques de Durban (2002), foram contabilizados 102.102 espaços naturais protegidos em toda a Terra (Alvarez, 2005). Não tendo as características de parque natural, muito menos de parque nacional, é preciso recordar que a reserva natural está a montante do estuário do Tejo, cujos 32 km<sup>2</sup> o classificam como o maior da Europa, verdadeiro paraíso de avifauna pela enorme riqueza e diversidade de espécies migratórias.

A figura de protecção proporcionada pela Reserva Natural do Estuário é, assim, inquestionavelmente importante para conferir amparo jurídico à manutenção da lezíria do Tejo como espaço dual, rural e ambiental, na periferia da grande metrópole de Lisboa. Mas só nas zonas mais baixas. Tal enquadramento legal é essencial para toda a área ocupada pela Companhia, a fim de prevenir tentações de urbanização e de envolvimento em projectos de turismo rural ou ambiental, a que está sujeita por força da sua localização e especificidade.

Nas terras da charneca, ou seja, as terras firmes (acima de 5 metros do nível do mar) localizadas nos municípios confinantes com a Área Metropolitana de Lisboa – Benavente e Salvaterra de Magos – é considerável a área florestada, dotada de uma das espécies mais protegidas em Portugal, o sobreiro (*Quercus suber*) e de pinheiros (*Pinus pinea* e *pinaster*), indivíduos vegetais explorados pela cortiça, pela resina e produção de pinhões. Recentemente a Companhia apostou também na oliveira, com o fito de comercializar azeite seleccionado, retomando uma vocação antiga que se perdera no tempo.

Passados 170 anos da sua fundação a Companhia das Lezírias continua à frente do seu tempo porquanto as boas práticas agrícolas passam agora pela protecção integrada, evitando insumos químicos que poluam o estuário e prejudiquem a avifauna. Dada a multiplicidade dos ecossistemas inseridos na Reserva Natural do Estuário do Tejo, a Companhia regista mesmo alguns prejuízos na rizicultura, a mais importante do exercício da exploração directa na Lezíria de Vila Franca, porquanto a Companhia é o maior produtor singular nacional da variedade carolino. Os trabalhadores assalariados estão instruídos no sentido de manterem intocada a nidificação entre os tabuleiros de arroz sendo estimulada a convivência com aves migratórias. As questões ecológicas e ambientais, em consonância com o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) presidem à exploração quer da Lezíria Grande, quer da Charneca. Será que a exploração privada estaria imbuída da mesma tolerância?

A questão é dramática porque a cidade chegou ao pé da vasta planície cultivada, sobrevoada por bandos de aves migratórias que se alimentam do arroz e do milho, perdas não aplaudidas e reclamadas por vorazes empresários que questionam a legitimidade da protecção das aves do santuário ecológico, enquanto empreiteiros congeminam hipóteses de edificar novos aldeamentos em porção mui apetecida da metrópole lisboeta, tão bela e acessível, pela nova e magnífica ponte Vasco da Gama, aos amantes da clorofila.

## **6. Notas finais**

O crescimento espacial das cidades europeias parece reverter a imagem clássica de campo contínuo com enclaves urbanos esparsos, por uma paisagem dominada pelo urbano com espaços agrícolas descontínuos e ilhas de ecossistemas naturais fragmentadas e empobrecidas (Martínez y Bravo, 2005). Toda a paisagem periurbana é caracterizada por forte dinamismo, registando rápidas mudanças na funcionalidade e estrutura espacial. Essas mudanças radicam na expansão do tecido urbano, no estudo vertente metropolitano, na melhoria dos transportes e vias de comunicação, no elogio da natureza e na busca acelerada de espaços de lazer de fim de semana, que caracterizam a sociedade hedonista de um país com razoável poder económico. Nesta categoria se insere o espaço ocupado pela Companhia das Lezírias, mais de metade do qual pertence à Área Metropolitana de Lisboa sendo o restante confinante. Ali como noutras paisagens periurbanas a tentação de substituição da produção agrícola pela urbanização residencial e agro-turística é muito forte na actualidade.

Criada em 1836, por venda em hasta pública dos bens da Coroa, das Casas da Rainha e do Infantado, a Companhia das Lezírias totalizava então 48.000 hectares que se estendiam da Golegã à Comporta. Cedo se apostou na mecanização agrícola e se geraram sistemas próprios de crédito agrícola aos rendeiros, que até à Revolução dos Cravos gerarão as principais receitas, hoje substituídas pela exploração directa do arroz e da cortiça. O investimento na produção de cortiça data de 1883, como aliás todo o projecto de exploração florestal mormente o plantio de pinheiros. Hoje em dia o coberto florestal da Companhia persiste não só como uma das mais importantes fontes de renda, como o seu mais notável património ambiental, apenas ultrapassado pelos sapais e tabuleiros de arroz onde nidificam as aves migratórias. Coexistindo com a Reserva Natural do Estuário do Tejo, a protecção da flora e fauna tornou-se prioridade da gestão da sociedade anónima de capitais públicos.

A Lei de Bases do Ambiente data de 1987. As áreas protegidas foram regulamentadas e implementadas pelo Decreto-Lei n.º 19/93, por sua vez alterado por legislação de 1997 e 2002 (Queirós 2001-2). Não havendo uma programação política estável para o riquíssimo património ecológico dos cerca de 20.000 hectares que conformam a Companhia das Lezírias manifesta-se inverosímil qualquer previsão séria de seu futuro. Fica, no entanto, traçado o quadro de seu passado e do presente, demonstrando a viabilidade económica deste espaço agrícola periurbano, tão disputado ao longo da História de Portugal pelas riquezas muitas e alvo de renovada cupidez.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ALLEN, A., LACABANA, M., “Más allá de la dicotomía urbano-rural: desarrollo, medio ambiente y pobreza en la interfase periurbana”. *Cuadernos del CENDES*, 20 (53), 2003, 7-12.
- ALMEIDA, J. R., *Irrigação da Lezíria de Vila Franca de Xira*. Lisboa: Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, 1919.
- ALMEIDA LIMA, D. J., “Anúncio de 13/05/1836 – Empresa social de compra das Lezírias do Tejo e Sado”. Lisboa, 1836. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- ALVAREZ, M. M., “Los Espacios Naturales Protegidos: Lugar de encuentro entre sociedad y naturaleza, lugar para la geografía”. *XIX Congreso de Geógrafos Españoles*. Universidad de Cantabria/AGE: Santander, 2005, 1-9.
- AVALIAÇÃO DAS LEZÍRIAS, “Decreto de Sua Majestade D. Maria II (03/11). Mapas resumo das avaliações das propriedades”. Lisboa, 1835. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscritos).
- AVALIAÇÃO DAS LEZÍRIAS, “Mapas resumo das avaliações das propriedades”. Lisboa, 1836<sup>a</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscritos).
- AVALIAÇÃO DAS LEZÍRIAS, “Coleção das Peças Relativas à Venda da Companhia das Lezírias e suas Pertenças Ordenada pela Carta de Lei de 16/03”. Lisboa, 1836<sup>b</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.
- CASTRO, A., “Lezírias do Tejo e Sado”. Serrão, J. (org.) *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. II.
- COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, “Livro de Actas das Sessões da Comissão Nomeada em 18 de Abril de 1892 para propor a melhor forma de realizar os meios de pagamento aos credores da Companhia, extinguindo a sua dívida flutuante e ficando com o capital circulante conveniente à exploração dos diversos serviços”. Lisboa, 1892. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- COMPANHIA NACIONAL DAS LEZÍRIAS DO TEJO E COMPORTA, “Condições de compra das Lezírias, de cuja aceitação é dependente o lanço oferecido ao governo em nome da Companhia das Lezírias”. Lisboa, 1835. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Constituição da Companhia. Compra de acções – 1836”. Lisboa, 1836. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Carta da Companhia dirigida aos seus accionistas pedindo a realização de um suprimento para fazer face às reparações necessárias causadas pelo tremor de terra de 23 de Abril de 1909”. Lisboa, 1909. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Projecto de Estatutos. Propostas de Alteração”. Lisboa, 1912<sup>a</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Representação aprovada por unanimidade na Assembleia Geral de 1 de Abril de 1912, para ser dirigida à Câmara dos Deputados depois de ouvidos os Srs. Accionistas”. Lisboa, 1912<sup>b</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Convocatórias à Assembleia Geral. Listas de Accionistas; Procurações; justificações de ausências; Propostas e moções apresentadas à mesa; Listas de ocupação de cargos nas Comissões (1/04)”. Lisboa, 1918. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Convocatórias à Assembleia Geral; Listas de Accionistas: procurações; justificações de ausências; pedidos de inclusão nos accionistas presentes na Assembleia Geral; votações para nomeação de membros da Assembleia Geral; Propostas e moções; notas manuscritas para realização da acta e acta impressa (1/04)”. Lisboa, 1919. *AHCL*. Torre do Tombo.

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Convocatórias à Assembleia Geral; Listas de Accionistas: procurações; justificações de ausências; pedidos de inclusão nos accionistas presentes na Assembleia Geral; carta de escusa do secretário da Assembleia; votações para nomeação de membros da Assembleia Geral; Propostas e moções; notas manuscritas para realização da acta e acta impressa (1/04).” Lisboa, 1920. *AHCL*. Torre do Tombo.

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Acta impressa da Assembleia Geral de Accionistas da Companhia”. Lisboa, 1921. *AHCL*. Torre do Tombo.

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Acta da Assembleia Geral Extraordinária de 27 de Julho de 1923”. Lisboa, 1923. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Acta da Assembleia Geral de Accionistas de 1 de Abril de 1925”. Lisboa, 1925<sup>a</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Acta da Assembleia Geral Extraordinária de 27 de Maio de 1925”. Lisboa, 1925<sup>b</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Acta da Assembleia Geral de Accionistas de 3 de Abril de 1926”. Lisboa, 1926<sup>a</sup>: *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Acta de Continuação da Assembleia Geral (24 de Abril).” Lisboa, 1926<sup>b</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Acta da Assembleia Geral de Accionistas de 1 de Abril de 1927”. Lisboa, 1927<sup>a</sup>: *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS DO TEJO E SADO, “Acta de Continuação da Assembleia Geral (28 de Abril).” Lisboa, 1927<sup>b</sup>: *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Livro de Balanços”. Lisboa, 1925-1964. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Acta de Continuação da Assembleia Geral (26 de Abril).” Lisboa, 1928. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).

- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Acta de Continuação da Assembleia Geral (25 de Abril).” Lisboa, 1929. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).



- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relatório da Gerência da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado de 1929”. Lisboa, 1930. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relação dos Accionistas da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado”. Lisboa, 1931. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relatório da Direcção da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado”. Lisboa, 1934. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Balanço e Contas da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado”. Lisboa, 1941<sup>a</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relatório do exercício de 1940, presente à assembleia-geral de accionistas de 1 de Abril de 1941”. Lisboa, 1941<sup>b</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relação dos 100 accionistas que, nos termos dos artigos 7º e 15º dos Estatutos, devem compor a Assembleia Geral de 27 de Abril de 1942”. Lisboa, 1942. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relação dos 100 accionistas que, nos termos dos artigos 7º e 15º dos Estatutos, devem compor a Assembleia Geral de 1 de Abril de 1943”. Lisboa, 1943<sup>a</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relatório da Direcção. Exercício de 1942”. Lisboa, 1943<sup>b</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relatório da Direcção. Exercício de 1943”. Lisboa, 1944. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relação dos 100 accionistas que, nos termos dos artigos 7º e 15º dos Estatutos, devem compor a Assembleia Geral de 2 de Abril de 1945”. Lisboa, 1945<sup>a</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relatório da Direcção. Exercício de 1944”. Lisboa, 1945<sup>b</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo.
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Relatório da Comissão Fiscal. Exercício de 1944”. Lisboa, 1945<sup>c</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Diário da Companhia”. Lisboa, 1944-1949. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, “Nota introdutória ao Arquivo Histórico da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado”. Lisboa, 1994. *AHCL*. Torre do Tombo.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “A Fortuna de Portugal (10/04).” Lisboa, Diário de Notícias, 1929.
- DIRECÇÃO DA COMPANHIA, “Livro de Actas das Sessões da Direcção da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado”. Lisboa, 1840-41. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- ESTUDOS SOBRE AS LEZÍRIAS, “Estudos, obras e experiências agrícolas. Aproveitamento de terras – Novas Culturas”. Lisboa, 1837-1928. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscritos).

- ESTUDOS SOBRE AS LEZÍRIAS, “Estudos, obras e experiências agrícolas. Aproveitamento dos cursos de água”. Lisboa, 1883-1938. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- ESTUDOS SOBRE AS LEZÍRIAS, “Estudos, Obras e Experiências Agrícolas. Aproveitamento de terras – Novas técnicas agrícolas. Lavoura a vapor e instalação de um lagar”. Lisboa, 1910-1929. *AHCL*. Torre do Tombo.
- EXPRESSO, “Companhia das Lezírias e os Cavalos”. Lisboa, *Jornal Expresso*, 29-03-2002
- EXPRESSO, “Caso Portucale. Tráfico de Influências”. Lisboa, *Jornal Expresso*, 14-05-2005.
- FAGUNDES, J., “Obras Públicas – a grande fachada do «Estado Novo».” *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa, Clube Internacional do Livro, vol. XII, 1995, 365-385.
- INE. *Recenseamento Geral da População*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1960.
- LEGISLAÇÃO SOBRE AS LEZÍRIAS, “Decretos sobre a arrecadação da fábrica das Lizirias”. Lisboa, 1744. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- LEGISLAÇÃO SOBRE AS LEZÍRIAS, “Decretos del Rey N. Senhor sobre a arrecadação da fábrica das Lezírias”. Lisboa, 1765. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- LEGISLAÇÃO SOBRE AS LEZÍRIAS, “Repartição dos Bens Nacionais (Rio de Janeiro, 14/04).” Lisboa, 1815. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- LEGISLAÇÃO SOBRE AS LEZÍRIAS, “Carta de Lei de D. Maria II – 16/03”. Lisboa, 1836<sup>a</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- LEGISLAÇÃO SOBRE AS LEZÍRIAS, “Decreto de Sua Majestade D. Maria II – 16/06”. Lisboa, 1836<sup>b</sup> *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- LEGISLAÇÃO SOBRE AS LEZÍRIAS, “Portaria de Sua Majestade D. Maria II – 27/06”. Lisboa, 1836<sup>c</sup>. *AHCL*. Torre do Tombo (manuscrito).
- MADALENO, I.M., “Farming and Other Land Uses in Lisbon Metropolis, Portugal”. *Optimization of land for agriculture in City Areas*. Leusden, Resource Centre for Urban Agriculture & Forestry, 2003. 1-10. [www.ruaf.org/conference/access\\_resources/papers/isabel\\_maria\\_madaleno\\_200311201045232571.pdf](http://www.ruaf.org/conference/access_resources/papers/isabel_maria_madaleno_200311201045232571.pdf)
- MADALENO, I.M. y ARMIJO, G. “Agricultura urbana en metrópolis iberoamericanas – estudio de casos en Santiago de Chile y Lisboa, Portugal”. *Investigaciones Geográficas*, 54. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, México, 2004, 36-54.
- MADALENO, I.M. and GUROVICH, A. “Urban Versus Rural” no Longer Matches Reality: endurance of an early public agro-residential development in peri-urban Santiago, Chile.” *Cities*, 21 (6), Oxford: Elsevier Science, United Kingdom, 2004, 513-526.

- MARTINEZ, T.L. y BRAVO, D.N. "El Paisaje Periurbano de Logroño: Dinámicas espacio-temporales de los usos agrícolas y residenciales." *XIX Congreso de Geógrafos Españoles*. Universidad de Cantabria/AGE: Santander, Octubre, 2005, 1-11. (CD-ROM)
- MEDINA, J., "Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo". Medina, J. (ed.) *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Madrid: Clube Internacional do livro, vol. XII, 1995, 11-143.
- OLIVEIRA, C. A., "Evolução social: modificações e tensões". *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, 163-176.
- PROPOSTA DE EMISSÃO DE ACÇÕES, "Emissão de Acções – 2ª. Consultas aos accionistas. Projectos de representação a apresentar à Câmara dos Deputados. Documentação da Comissão Nomeada pela Assembleia Geral de 18 de Abril de 1892". Lisboa, 1892. AHCL. Torre do Tombo.
- PROPOSTA DE EMISSÃO DE ACÇÕES, "Relação dos accionistas a quem se mandou a circular que acompanhava o projecto de representação à Câmara de Deputados (27/05)." Lisboa, 1912. AHCL. Torre do Tombo.
- QUEIRÓS, M., "Os Parques Naturais e o Ordenamento do Território em Portugal". *Inforgo* 16/17, Lisboa, Colibri, 2001/2002, 141-150.
- RODRIGUES, A. S. et al., *História de Portugal em Datas*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- RODRIGUES, R., BRANDÃO, C. e COSTA, J.P., *Breve Nota sobre as Cheias no Tejo e o seu Sistema de Vigilância e Alerta*. Lisboa, Instituto da Água, 2004.
- ROSAS, F e BRITO, J.M.B., "Economia de Guerra (1939-1945)." *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, 280-284.
- SERRÃO, J., *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- SERRÃO, J., *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol I a IV, 1971.
- SOUSA FRANCO, A., "As finanças do «Estado Novo»: o mito realizado e os seus frutos". *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa, Clube Internacional do Livro, vol. XII, 1995, 343-363.
- TELO, A.J., "Portugal, 1958-1974: Sociedade em Mudança". Medina, J. (org.) *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Madrid: Clube Internacional do Livro, vol. XIII, 1995, 317-330.